

**CONSTRUTORA ADOLPHO LINDENBERG S.A.**

***Companhia Aberta***

**CNPJ nº 61.022.042/0001-18**

**NIRE nº 35.300.067.827**

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA  
CONSTRUTORA ADOLPHO LINDENBERG S.A. A SER REALIZADA EM 24 DE ABRIL DE 2023**

Senhores Acionistas,

A Administração da Construtora Adolpho Lindenberg S.A. ("Companhia" ou "CAL") encaminha a presente proposta da administração ("Proposta") relacionada à Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia a ser realizada em 24 de abril de 2023 ("Assembleia"), em observância ao disposto na Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 81").

Considerando o interesse da Companhia, a Administração apresenta as seguintes recomendações em referência às matérias incluídas na ordem do dia da mencionada Assembleia:

**1. Em Assembleia Geral Ordinária:**

***(i) Apreciar as contas da diretoria e o relatório anual da administração da Companhia, o balanço patrimonial, as demonstrações financeiras e o parecer dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022:***

Conforme aprovado pelo Conselho de Administração e Conselho Fiscal da Companhia em reuniões realizadas em 17 de março de 2023, a Administração da Companhia submete à apreciação de V.Sas. o relatório anual da administração da Companhia, o balanço patrimonial, as demonstrações financeiras e o parecer dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, que serão publicadas em 21/03/2023 no jornal Valor Econômico, na forma da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("LSA"). Os comentários dos administradores da Companhia, nos termos do item 2 do Formulário de Referência, seguem anexos à presente Proposta como Anexo I.

***(ii) Deliberar sobre a proposta de destinação dos resultados do exercício social findo em 31 de dezembro de 2022:***

A Administração da Companhia propõe aos acionistas deliberar sobre a Destinação do Resultado Relativo ao Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2022 nos termos do Anexo II à presente Proposta.

**(iii) Deliberar sobre a revisão e aprovação de orçamento de capital para o exercício social de 2023;**

A Administração propõe aprovação do orçamento de capital indicado no Anexo III.

**(iv) Deliberar sobre a remuneração dos administradores da Companhia:**

A Administração da Companhia propõe uma remuneração anual e global para os administradores no exercício social de 2023 de até R\$6.750.000,00 (seis milhões, setecentos e cinquenta mil reais) nos termos dos Anexos IV e V da presente Proposta.

**2. Em Assembleia Geral Extraordinária:**

**(v) Consolidar o Estatuto Social da Companhia.**

Consolidar o Estatuto Social da Companhia a fim de fazer constar a nova redação do Artigo 5º, conforme aumento de capital social aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de abril de 2022 e homologado em Reunião do Conselho de Administração de 25 de julho de 2022.

*“Artigo 5º - O capital social é de R\$ 13.153.049,92 (treze milhões, cento e cinquenta e três mil, quarenta e nove reais e noventa e dois centavos), dividido em 3.720.971 (três milhões, setecentas e vinte mil, novecentas e setenta e uma) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.”*

## ÍNDICE

<b>ANEXO</b>	<b>PÁGINA</b>
<b>Anexo I</b> – Comentários dos Administradores da Companhia	04
<b>Anexo II</b> – Proposta de Destinação do Lucro Líquido do Exercício	28
<b>Anexo III</b> - Proposta dos Administradores para o Orçamento de Capital para 2022	35
<b>Anexo IV</b> - Proposta de Remuneração dos Administradores, conforme previsto na Resolução CVM 81	36
<b>Anexo V</b> - Proposta de Remuneração dos Administradores, conforme previsto na Resolução CVM 81	37
<b>Anexo VI</b> - Proposta de Consolidação do Estatuto Social	54

**CONSTRUTORA ADOLPHO LINDENBERG S.A.**

***Companhia Aberta***

**CNPJ nº 61.022.042/0001-18**

**NIRE nº 35.300.067.827**

**ANEXO I**

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA  
CONSTRUTORA ADOLPHO LINDENBERG S.A. A SER REALIZADA EM 24 DE ABRIL DE 2023

**2. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES**

Em atenção ao item 2.1 do Anexo C do Formulário de Referência – Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022 (“Resolução CVM 80”), seguem os comentários dos Diretores da Companhia:

***a) Condições financeiras e patrimoniais gerais***

A Administração da Construtora Adolpho Lindenberg anuncia os resultados operacionais e financeiros relativos ao 4º trimestre de 2022. Apesar da manutenção do cenário político e econômico bastante turbulento, repleto de incertezas e dificuldades, tanto internamente no Brasil como no mundo, conseguimos obter melhora nos nossos resultados operacionais e financeiros no 4º trimestre de 2022, com crescimento do volume de vendas, lançamento do projeto Lindenberg Guarará e a reversão do prejuízo acumulado no 1º semestre do ano de 2022. Importante informar que a deterioração das perspectivas de inflação e juros futuros, alinhados com a dificuldade do calendário devido a eleições, Copa do Mundo e festas de final de ano, assim como uma postura mais cautelosa dos clientes na tomada de decisão para aquisição de imóveis, fizeram com que tomássemos uma posição mais cautelosa relativamente ao lançamento do projeto Jota by Lindenberg Vila Mariana, lançamento esse que ocorreu agora no mês de fevereiro de 2023 e que conta atualmente com mais de 25% de suas unidades já comercializadas.

Primeiramente importante ressaltar a consolidação de importantes movimentos estratégicos realizados ao longo de 2022 e que reforçaram o compromisso da Companhia em buscar a excelência, transparência e melhoria na governança, o crescimento sustentável e a geração de valor futuro para todos nossos acionistas, principalmente; (i) a homologação do aumento de capital no valor de R\$ 9,2 milhões realizado em julho e que melhora de forma significativa a estrutura de capital da companhia, permitindo a redução da alavancagem e os novos investimentos previstos; (ii) início efetivo da operação da EZCAL (JV entre Lindenberg e EZtec) que prevê investimento de R\$ 130 milhões nos primeiros 24 meses, e que já conta com o desenvolvimento inicial de 2 projetos com VGV potencial de R\$ 420 milhões e com expectativa de lançamento nos próximos 12 meses e; (iii) instalação do Conselho Fiscal na Assembleia Geral Extraordinária realizada no início de outubro.

No ano de 2022, a Companhia realizou o lançamento do projeto Lindenberg Guarará no 4T22, com VGV potencial de R\$ 142,5 milhões e participação CAL de 100%, localizado na capital de São Paulo, segmento residencial e de alto padrão, composto de 21 unidade tipo e com 4.703 mil m<sup>2</sup> de área privativa de vendas. Permanecemos otimistas para o cenário do mercado imobiliário de alto padrão

em São Paulo nos próximos trimestres, mas também cautelosos de forma que é preponderante destacar que os próximos lançamentos continuarão a depender principalmente da demanda do mercado e das condições do cenário econômico no país.

As vendas líquidas totais somaram R\$ 71,6 milhões no 4T22, redução de 62,3% quando comparado com o 4T21 e aumento de 27,3% em relação ao 3T22. A participação da CAL totalizou R\$ 44,1 milhões (61,6% das vendas totais) redução de 32,1% quando comparado com o 4T21 e aumento de 71,2% em relação ao 3T22. Em 2022, as vendas líquidas totais atingiram R\$ 186,6 milhões, redução de 53,6% em relação a 2021 e na participação CAL somaram R\$ 96,4 milhões (51,6% das vendas totais) queda de 33,5% quando comparado com o mesmo período de 2021.

Das vendas líquidas na participação da CAL realizadas em 2022, R\$ 67,4 milhões se refere à venda de estoque em construção (69,9%) e R\$ 29,0 milhões de lançamentos (30,1%). No 4T22, não tivemos distratos, dessa forma, em 2022 os distratos atingiram R\$ 34,9 milhões, composto de 5 unidades e a parte CAL de R\$ R\$ 12,1 milhões.

A Construtora Adolpho Lindenberg adota o metro quadrado (m<sup>2</sup>) como medida de estudo do índice VSO (Vendas Sobre Oferta), índice que reflete a liquidez dos produtos desenvolvidos, com objetivo de eliminar o efeito da variação do preço de venda no tempo, que ocasionam distorções entre o estoque inicial e as vendas contratadas. A velocidade de vendas totais (VSO) totalizou 15,8% e na participação da CAL totalizou o valor de 33,5% no encerramento do 4T22. Em 2022, a velocidade de vendas totais (VSO) totalizou 28,2%, redução de 4,3 pp. em relação ao mesmo período de 2021, e na participação CAL, a velocidade de vendas totais (VSO) atingiu 47,0% em 2022, aumento de 8,1 pp. quando comparado com o ano de 2021.

O estoque de unidades a valor de mercado referente às incorporações imobiliárias, totalizou R\$ 808,5 milhões, sendo R\$ 213,7 milhões referente à parte CAL com participação média de 26,4% do total no encerramento do 4T22. Os estoques da CAL estão concentrados e distribuídos em unidades residenciais de alto padrão, sendo que 98,7% do estoque total está alocado na capital de São Paulo e 1,3% no interior de São Paulo, o que demonstra a manutenção do foco e reforço da Companhia no segmento de sua atuação. Importante também reforçar que apenas 1,3% do valor das unidades em estoque estão em empreendimentos entregues e o restante estão em fase de obra, com entregas previstas majoritariamente a partir de 2024.

O banco de terrenos (*Land Bank*) no encerramento do 4T22, totalizou um VGV total potencial de R\$ 415,2 milhões, sendo R\$ 207,6 milhões parte CAL (média de 50,0% de participação do total), composto por 2 terrenos na capital de São Paulo para projetos residenciais em localização premium de alto padrão, totalizando mais de 320 unidades, sendo que um deles foi lançado em fevereiro de 2023 e o outro tem expectativa de lançamento nos próximos 6 meses, o que reforça a manutenção do novo ciclo operacional e o foco regional de atuação no alto padrão da Companhia. Manteremos a nossa busca pela excelência da qualidade em produtos singulares e localizações diferenciadas, com o cumprimento dos prazos e dos custos dos empreendimentos, que são alguns dos principais atributos pelos quais a Construtora Adolpho Lindenberg é amplamente reconhecida no mercado.

O volume de obras da Construtora Adolpho Lindenberg totalizou 112,6 mil m<sup>2</sup> em construção no encerramento do 4T22, compostos por 7 obras residenciais, todas localizadas na Capital de São Paulo e com 448 unidades de alto padrão no total. No 4T22, a CAL entregou o empreendimento Lindenberg Cambuí, localizado no interior de São Paulo, torre única residencial e com 24 unidades. Nesse mesmo período, a CAL iniciou a obra do empreendimento Lindenberg Guarará, localizado na Capital de São

Paulo, torre única, com 21 unidades e 2 lojas no total. Com a retomada de lançamentos deste novo ciclo ao longo do ano de 2020 e 2021, a Construtora Adolpho Lindenberg voltou a reportar indicadores operacionais em linha com o histórico da Companhia. Por outro lado, vale reforçar que, conforme o planejamento estratégico da Companhia definido em 2019, e considerando a crise resultante da pandemia e seus impactos, estamos acompanhando de perto todas as movimentações do mercado imobiliário e as incertezas refletidas na economia e na política brasileira conforme já sinalizado nos últimos três anos e, tendo em vista a capacidade de adaptação a diferentes cenários do nosso modelo de negócios, da qualidade da operação e a consistência operacional, os resultados majoritariamente seguem dentro do esperado pela Companhia e com manutenção de perspectivas positivas para os próximos períodos.

A receita líquida totalizou R\$ 72,8 milhões no encerramento do 4T22, crescimento de 269,6% em relação ao 4T21. Nos 12M22, a Receita Líquida atingiu R\$ 149,2 milhões, aumento de 104,4% quando comparado com os 12M21. Já o resultado bruto atingiu R\$ 11,9 milhões para uma Margem Bruta de 16,3% ao final do 4T22, aumento de 56,2% e 22,3 pp. abaixo quando comparado com o 4T21. Em relação aos 12M22, o resultado bruto totalizou R\$ 35,1 milhões, para uma margem bruta de 23,5%, aumento de 36,9% e 11,6 pp. abaixo em relação aos 12M21. Vale informar que mesmo num período de pressão inflacionária nos insumos relacionados as commodities como aço, ferro, alumínio e PVC, todas sensíveis ao dólar, impactando diretamente nos custos de construção, a Companhia vem mantendo a margem bruta em patamares saudáveis, ou seja, estamos conseguindo pontualmente repassar a inflação com acréscimo nos preços de vendas, principalmente por atuarmos no segmento de alta renda na cidade de São Paulo. Outro ponto relevante a se destacar é que no nosso segmento de atuação o custo total de construção na composição global dos custos é menor que nos segmentos de média e baixa renda, devido aos elevados valores de custo de terreno por sua costumeira localização premium. O EBITDA atingiu R\$ 7,6 milhões, para uma margem EBITDA de 10,5% ao final do 4T22, aumento de 96,8% e 9,2 pp. abaixo em relação ao 4T21. Nos 12M22, o EBITDA totalizou R\$ 17,6 milhões, aumento de 28,1% e 7,0 pp. abaixo em relação aos 12M21. O resultado líquido totalizou R\$ 5,6 milhões, para uma margem líquida de 7,7% ao final do 4T22, aumento de 55,8% e 10,6 pp. abaixo quando comparado com o 4T21. Nos 12M22, o resultado líquido atingiu R\$ 7,0 milhões, para uma margem líquida de 4,7%, redução de 6,3% e 5,5 pp. em relação aos 12M21. O ROE trimestral totalizou o valor de 172,1% e o ROE anual atingiu 76,4% no encerramento do 4T22.

O índice de alavancagem corporativa (dívida líquida/patrimônio líquido) atingiu 3,7x e o índice de alavancagem corporativa sem considerar SFH totalizou 2,6x no encerramento do 4T22. A dívida bruta corporativa totalizou R\$ 86,4 milhões no encerramento do 4T22, redução de 1,7% quando comparada com o 3T22 e a dívida líquida atingiu R\$ 88,6 milhões ao final do 4T22, aumento de 4,5% em relação ao 3T22. Essa redução da alavancagem corporativa deve-se principalmente pela geração de caixa operacional dos empreendimentos consolidados no quarto trimestre. Vale informar a expectativa de geração de caixa prevista para os próximos 6 meses com a entrega dos 3 primeiros projetos (1 projeto entregue em novembro de 2022) desse novo ciclo de lançamentos iniciado em 2020, com VGV total na época de lançamento de R\$ 338,7 milhões e que atualmente estão com 86,4% das unidades vendidas na média.

O Resultado à Apropriar, referente às incorporações realizadas pela Construtora Adolpho Lindenberg pelo método do percentual de conclusão totalizou R\$ 7,7 milhões, com Margem REF esperada de 18,9% sobre a parcela de produtos vendidos que estão em construção no encerramento do 4T22, redução de 16,1 pp. quando comparado com o 4T21 e queda de 15,3 pp. em relação ao 3T22. A atual Margem REF (Resultado do Exercício Futuro) indica tendência da Margem Bruta futura da operação da Construtora Adolpho Lindenberg, reflexo do padrão

e qualidade dos produtos desenvolvidos pela Companhia, mesmo em um período econômico ainda desafiador que estamos enfrentando atualmente. Importante informar que o Resultado à Apropriar gerencial, ou seja, considerando também os empreendimentos não controlados pela Companhia totalizou R\$ 23,0 milhões, com Margem REF gerencial esperada de 28,0% no encerramento do 4T22.

No modelo atual de estrutura de capital da Construtora Adolpho Lindenberg, com participação minoritária nos projetos, uma importante fonte de receita e conseqüentemente de resultado para a Companhia são as receitas de taxas por prestação de serviços de administração da incorporação e de obra, onde temos acompanhado um incremento de volume com a retomada dos lançamentos e início das obras desde 2020. Os patamares de rentabilidade reportados são resultados de uma operação que reflete a atual situação da Companhia e dos esforços da Administração para manter a rentabilidade e o andamento dos projetos, nos custos e nos prazos contratados, com a racionalização das despesas comerciais e administrativas, de forma a obter o máximo de valor para nossos clientes e acionistas.

Sobre operação futura, a Construtora Adolpho Lindenberg continua focada no objetivo de manter uma estrutura de capital adequada e preparada para enfrentar um cenário futuro ao mesmo tempo bastante promissor e desafiador. Manteremos uma postura cautelosa no decorrer dos próximos trimestres, buscando equilibrar a colocação de novos produtos no mercado, priorizando aqueles com maior liquidez, de modo a preservar um nível de vendas e de rentabilidade adequados.

Resultado desse esforço da Administração alinhado com o planejamento definido em 2019, referente aos resultados do ano de 2022, da proposta de distribuição de dividendos no valor de R\$ 1,7 milhão, proposta essa a ser submetida a aprovação da Assembleia a ser realizada em 17/03/2023.

#### ***b) estrutura de capital***

A estrutura de capital da Companhia, em relação ao período encerrado em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020 era composta da seguinte forma:

<b>(Em R\$ milhões)</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>%</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>%</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>%</b>
Capital de Terceiros	R\$ 34,00	92%	R\$ 87,1	90%	R\$ 98,2	81%
Capital Próprio <sup>1</sup>	R\$ 3,00	8%	R\$ 9,2	10%	R\$ 23,7	19%
<b>Total</b>	<b>R\$ 37,00</b>	<b>100%</b>	<b>R\$ 96,3</b>	<b>100%</b>	<b>R\$ 121,8</b>	<b>100%</b>

(1) Capital Próprio corresponde ao patrimônio líquido da Companhia.

#### ***c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos***

A Diretoria da Companhia entende que nossas principais fontes de recursos são: (i) receitas provenientes dos serviços de construção e gerenciamento de construção prestados; (ii) receitas de assistência técnica; e (iii) receitas de unidades imobiliárias vendidas.

A Diretoria da Companhia acredita que os recursos existentes e a nossa geração de caixa operacional serão suficientes para as nossas necessidades de liquidez e nossos compromissos financeiros, no mínimo, pelos próximos 12 meses.

O EBITDA da Companhia atingiu R\$17,6 milhões, para uma Margem EBITDA de 11,8% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, crescimento de 28,0% e 7,0 pp. abaixo em relação ao mesmo período de 2021. Esse crescimento deve-se principalmente pela apropriação imobiliária da receita operacional, oriunda das unidades comercializadas e ao aumento da receita de prestação de serviços por conta da retomada do volume operacional dos empreendimentos lançados a partir de 2020.

O EBITDA da Companhia atingiu R\$13,8 milhões, para uma Margem EBITDA de 18,8% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, crescimento de 259,6% e 6,1 pp. em relação ao mesmo período de 2020. Esse crescimento deve-se principalmente pela apropriação imobiliária da receita operacional, oriunda das unidades comercializadas e ao aumento da receita de prestação de serviços por conta da retomada do volume operacional dos empreendimentos lançados a partir de 2020.

O EBITDA da Companhia atingiu R\$3,8 milhões, para uma Margem EBITDA de 12,7% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, crescimento de 114,9% e 641,4 pp. quando comparado com o mesmo período de 2019. Esse aumento deve-se principalmente pela apropriação imobiliária da receita operacional, oriunda das unidades comercializadas e ao aumento da receita de prestação de serviços por conta da retomada do volume operacional dos empreendimentos lançados a partir de 2020.

***d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas***

Captamos recursos por meio de novas receitas, buscamos parceiros financeiros para os projetos, e, adicionalmente, contratamos financiamentos bancários, quando necessário, os quais são empregados no financiamento de nossas necessidades de capital de giro e investimentos de curto e longo prazo, bem como na manutenção de nossas disponibilidades de caixa em nível que acreditamos apropriado para o desempenho de nossas atividades.

Nosso endividamento era composto da seguinte forma nos períodos abaixo identificados:

(Em R\$ milhões)	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2022
Empréstimos e financiamentos	R\$ 33,7	R\$ 87,1	R\$ 98,2
Contas a pagar a fornecedores	R\$ 1,5	R\$ 3,3	R\$ 2,1
Obrigações trabalhistas e tributárias	R\$ 2,5	R\$ 6,4	R\$ 4,8
Obrigações tributárias parceladas	R\$ 0,8	R\$ 0,5	R\$ 0,3

Obrigações com aquisição de terrenos	R\$ 28,5	R\$ 25,7	R\$ 9,6
Arrendamentos a pagar	R\$ 0,5	R\$ 0,3	R\$ 0,1
Dividendos a pagar	R\$ 0,3	R\$ 1,6	R\$ 1,7
Provisão para garantia de obras	R\$ 1,6	R\$ 1,7	R\$ 3,5

***e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez***

Em 22 de março de 2022, a Companhia realizou suas emissões das operações de CRI, aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 18 de março de 2022. A colocação dos CRIs no mercado em série única ocorreu por meio da oferta simples de 50.000 notas comerciais com valor unitário de R\$1.000, perfazendo R\$50.000. Conforme definido nos Termos de Securitização de Créditos Imobiliários as Notas Comerciais da emissão contam com garantia representada pela alienação fiduciária de participações das cedentes fiduciárias (investidas da Controladora: SPE Bandeira, SPE Barolo, SPE Viseu). As operações de crédito de recebíveis imobiliários estão a uma taxa de 8,15% ao ano com correção monetária pelo IPCA e cujo vencimento será em parcela única em junho de 2026. No quarto trimestre de 2022 houve a amortização parcial no valor de R\$11.115 dessa operação.

A Companhia através de sua controlada Lindenberg São Paulo realizou a primeira emissão de notas comerciais, para colocação privada, aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 22 de setembro de 2022, que se insere no contexto de uma operação de securitização de recebíveis imobiliários com consequente emissão de certificados de recebíveis imobiliários em uma única série, da 95ª emissão da VERT Companhia Securitizadora. Conforme definido nos Termos de Securitização de Créditos Imobiliários as Notas Comerciais da emissão contam com garantia representada pela alienação fiduciária de participação de cedente fiduciária (investida da Controladora: SPE Aosta). As operações de crédito de recebíveis imobiliários estão a uma taxa de 10,25% ao ano com correção monetária pelo IPCA e cujo vencimento será em parcela única em dezembro de 2027.

Em 11 de maio de 2022 ocorreu o aditamento às cédulas de crédito bancário alterando o vencimento para 13 de maio de 2025 e a taxa para 5,54% ao ano. Em 30 de novembro de 2022 houve liquidação da linha de crédito de valor nominal de R\$10.000 contraída em 30 de abril de 2021.

Adicionalmente, em 20 de junho de 2022, a Companhia através de sua controlada Lindenberg São Paulo contraiu linha de crédito com aval Construtora Adolpho Lindenberg S.A. e Lindenberg Investimentos Ltda, de valor nominal R\$10.000, sujeitas à variação do CDI, acrescida de 4,15% ao ano e cujo vencimento será em 18 parcelas mensais com a primeira em julho de 2022.

Em 30 de novembro de 2022, a Companhia através de sua controlada Lindenberg São Paulo contraiu linha de crédito com aval Construtora Adolpho Lindenberg S.A. e Lindenberg Investimentos Ltda, de valor nominal R\$5.600, sujeitas à variação do CDI, acrescida de 3,17% ao ano e cujo vencimento será em 24 parcelas mensais com a primeira em janeiro de 2023.

Em 22 de dezembro de 2022, a Companhia através de sua controlada Lindenberg São Paulo contraiu linha de crédito com aval Construtora Adolpho Lindenberg S.A. e Lindenberg Investimentos Ltda, de valor nominal R\$3.000, sujeitas à variação do CDI, acrescida de 3,90% ao ano e cujo vencimento será em 30 parcelas mensais com a primeira em julho de 2023.

**f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:**

**(i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes**

(Em R\$ milhões)	31/12/2020	%	31/12/2021	%	31/12/2022	%
Capital de Terceiros	R\$ 33,7	27%	R\$ 87,1	46%	R\$ 98,2	43%
Ativo total	R\$ 124,6	-	R\$ 191,4	-	R\$ 227,4	-

**(ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras**

Não há.

**(iii) grau de subordinação entre as dívidas**

Não há.

**(iv) eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições.**

Não há.

**g) limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados**

Todos os recursos dos financiamentos já contratados são destinados para investimentos em empreendimentos imobiliários da Companhia:

Imóvel	Proprietário	CNPJ	Uso dos Recursos	Destinação	Percentual do valor estimado de recursos dividido por Imóvel
				(R\$)	
Imóvel 1	Viseu Incorporação SPE Ltda.	17.790.780/0001-13	Reembolso das despesas.	R\$ 4.000.000,00	2,2%
Imóvel 2	Viseu Incorporação SPE Ltda.	17.790.780/0001-13	Reembolso das despesas.	R\$ 6.000.000,00	3,3%
Imóvel 3	Barolo Incorporação SPE Ltda.	33.657.273/0001-62	Reembolso das despesas.	R\$ 28.300.000,00	15,5%
Imóvel 4	Gregório Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	44.225.153/0001-02	Reembolso das despesas.	R\$ 27.278.150,00	15,0%

Imóvel 5	Lindenberg São Paulo Incorporação Ltda.	06.138.869/0001-83	Reembolso das despesas.	R\$ 10.000.000,00	5,5%
Imóvel 6	Aosta Incorporação SPE Ltda.	32.208.022/0001-38	Reembolso das despesas.	R\$ 27.365.302,81	15,0%
Imóvel 7	Barolo Incorporação SPE Ltda.	33.657.273/0001-62	Reembolso das despesas.	R\$ 18.779.602,63	10,3%
Imóvel 8	Bari Incorporação SPE Ltda.	32.233.054/0001-93	Reembolso das despesas.	R\$ 3.855.094,55	2,1%
Imóvel 9	Construtora Adolpho Lindenberg S.A	61.022.042/0001-18	Reembolso das despesas.	R\$ 32.500.000,00	17,8%
Imóvel 10	Aosta Incorporação SPE Ltda.	32.208.022/0001-38	Reembolso das despesas.	R\$ 15.585.452,00	8,6%
Imóvel 11	Forenza Incorporação SPE Ltda	12.868.476/0001-28	Reembolso das despesas.	R\$ 5.600.000,00	3,1%
Imóvel 12	Lindenberg São Paulo Incorporação Ltda.	06.138.869/0001-83	Reembolso das despesas.	R\$ 3.000.000,00	1,6%
<b>Total</b>				<b>R\$ 182.263.602,00</b>	<b>100,0%</b>

***h) alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa***

**Comparação dos resultados nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021**

<b>Balancos Patrimoniais</b> <b>Períodos encerrados em 31 de dezembro</b> <b>(Em milhares de Reais - R\$)</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>	<b>Var. %</b>
<b>Ativo</b>	<b>227.220</b>	<b>191.373</b>	<b>18,7%</b>
<b>Circulante</b>	<b>115.990</b>	<b>112.102</b>	<b>3,5%</b>
Caixa e equivalentes de caixa	26.022	27.281	-4,6%
Contas a receber de clientes	37.524	13.789	172,1%
Imóveis a comercializar	49.753	67.066	-25,8%
Impostos a recuperar	1.482	354	318,6%
Partes relacionadas	466	1.645	-71,7%
Demais ativos	743	1.967	-62,2%
<b>Não Circulante</b>	<b>111.230</b>	<b>79.271</b>	<b>40,3%</b>
Contas a receber de clientes	2.819	8.607	-67,2%
Depósitos judiciais	1.507	506	197,8%
Imóveis a comercializar	227	227	0,0%
Partes relacionadas	-	2.672	-100,0%
Impostos a recuperar	764	801	-4,6%
Demais ativos	689	6	11383,3%
Investimentos	104.041	65.142	59,7%
Imobilizado	138	384	-64,1%
Intangível	1.045	926	12,9%

<b>Passivo e Patrimônio Líquido</b>	<b>227.220</b>	<b>191.373</b>	<b>18,7%</b>
<b>Circulante</b>	<b>70.391</b>	<b>56.263</b>	<b>25,1%</b>
Empréstimos e financiamentos	39.242	8.747	348,6%
Fornecedores	2.077	3.289	-36,9%
Obrigações com aquisição de terreno	9.646	16.466	-41,4%
Obrigações trabalhistas e tributárias	4.675	2.399	-26,9%
Obrigações tributárias parceladas	167	258	-35,3%
Adiantamento de clientes	10.339	18.021	-42,6%
Dividendos a pagar	1.697	1.637	3,7%
Provisão para garantia de obras	2.400	1.227	95,6%
Débitos com partes relacionadas	0	0	0,0%
Arrendamentos a pagar	148	219	-32,4%
<b>Não Circulante</b>	<b>133.178</b>	<b>125.949</b>	<b>5,7%</b>
Empréstimos e financiamentos	58.925	78.350	-24,8%
Obrigações com aquisição de terreno	0	3.176	-100,0%
Obrigações trabalhistas e tributárias	96	35	174,3%
Obrigações tributárias parceladas	139	289	-51,9%
Provisão para garantia de obras	1.123	520	116,0%
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	12.753	15.243	-16,3%
Provisão para perda com investimentos	81	1.097	-92,9%
Débito com parceiros em empreendimentos	25.831	25.378	1,8%
Adiantamento de clientes	17.744	0	0,0%
Débitos com partes relacionadas	16.422	0	0,0%
Arrendamentos a pagar	0	97	-100,0%
Demais passivos	64	1.764	-96,4
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>23.651</b>	<b>9.161</b>	<b>158,2%</b>
Capital social	13.153	4.000	228,8%
Reserva de lucros	688	5.161	-86,7%
Prejuízos acumulado	9.810	0	0,0%

### Total do Ativo

Os ativos da Companhia totalizaram R\$227,2 milhões em 31 de dezembro de 2022, crescimento de 18,7% em relação a 31 de dezembro de 2021, que totalizou R\$191,4 milhões. Tal variação deve-se principalmente pelo forte crescimento da rubrica de investimento.

### Total do Passivo

Os passivos da Companhia totalizaram R\$203,6 milhões em 31 de dezembro de 2022, uma variação positiva de 11,8% em relação a 31 de dezembro de 2021, que totalizou R\$182,2 milhões, sendo que tal variação ocorreu principalmente devido ao aumento de R\$17,7 milhões a título de adiantamento de clientes e R\$16,4 milhões referente a débitos com partes relacionadas.

### Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido da Companhia totalizou R\$23,7 milhões em 31 de dezembro de 2022, crescimento de 158,2% em relação ao mesmo período de 2021, que totalizou R\$9,2 milhões. Esse forte crescimento deve-se principalmente pelo lucro acumulado apurado no exercício decorrente dos resultados operacionais da Companhia em 2022 e o aumento de capital realizado no mesmo período.

### Comparação dos resultados nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021

<b>Demonstrações dos Resultados</b> <b>Períodos encerrados em 31 de dezembro</b> <b>(Em milhares de Reais - R\$)</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>	<b>Var. %</b>
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>149.193</b>	<b>73.003</b>	<b>104,4%</b>
<b>Custos dos Imóveis Vendidos e dos Serviços Prestados</b>	<b>(114.077)</b>	<b>(47.356)</b>	<b>140,9%</b>
<b>Lucro (Prejuízo) Bruto</b>	<b>35.116</b>	<b>25.647</b>	<b>36,9%</b>
<b>Margem Bruta (%)</b>	<b>23,5%</b>	<b>35,1%</b>	<b>-11,6 pp</b>
<b>Receitas (Despesas) Operacionais</b>	<b>(17.494)</b>	<b>(11.891)</b>	<b>47,1%</b>
Administrativas e gerais	(16.658)	(16.741)	-0,5%
Despesas comerciais	(5.239)	(2.857)	83,4%
Equivalência patrimonial	6.454	11.867	-45,6%
Outras receitas operacionais líquidas	(2.051)	(4.160)	-50,7%
<b>EBITDA</b>	<b>17.622</b>	<b>13.756</b>	<b>28,1%</b>
<b>Margem EBITDA (%)</b>	<b>11,8%</b>	<b>18,8%</b>	<b>-7,0 pp</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(9.046)</b>	<b>(5.128)</b>	<b>76,4%</b>
<b>Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>8.576</b>	<b>8.628</b>	<b>-0,6%</b>
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>(1.576)</b>	<b>(1.161)</b>	<b>35,7%</b>
<b>Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício</b>	<b>7.000</b>	<b>7.467</b>	<b>-6,3%</b>
<b>Margem Líquida (%)</b>	<b>4,7%</b>	<b>10,2%</b>	<b>-5,5 pp</b>

### Receita operacional líquida

A receita operacional líquida da Companhia no encerramento do exercício social em 31 de dezembro de 2022 atingiu R\$149,2 milhões, aumento de 104,4% em relação ao encerramento do exercício social de 2021, que foi de R\$73,0 milhões. Esse crescimento deve-se principalmente pela apropriação imobiliária da receita operacional, oriunda das unidades comercializadas e ao aumento da receita de prestação de serviços por conta da retomada do volume operacional.

### Custos dos imóveis vendidos e dos serviços prestados

O custo dos imóveis vendidos e dos serviços prestados da Companhia no encerramento do exercício social de 2022 totalizou R\$114,1 milhões, crescimento de 140,9% em relação ao encerramento do exercício social de 2021, que atingiu R\$47,4 milhões. Esse crescimento é justificado pelo reconhecimento da apropriação imobiliária, na medida em que as vendas de unidades são comercializadas.

### Lucro bruto

O lucro bruto da Companhia no encerramento do exercício social de 2022 atingiu R\$35,1 milhões, crescimento 36,9% em relação ao encerramento do exercício social de 2021, que totalizou R\$25,6 milhões. Esse crescimento deve-se a apropriação imobiliária da receita operacional das vendas de unidades dos empreendimentos lançados a partir de 2020 e ao aumento da receita de prestação de serviços por conta da retomada do volume operacional.

### Comparação dos resultados nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020

<b>Balancos Patrimoniais</b> <b>Períodos encerrados em 31 de dezembro</b> <b>(Em milhares de Reais - R\$)</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>	<b>Var. %</b>
<b>Ativo</b>	<b>191.419</b>	<b>124.698</b>	<b>53,5%</b>
<b>Circulante</b>	<b>112.102</b>	<b>62.131</b>	<b>80,4%</b>
Caixa e equivalentes de caixa	27.281	10.168	168,3%
Contas a receber de clientes	13.789	13.452	2,5%
Imóveis a comercializar	67.066	37.176	80,4%
Impostos a recuperar	354	15	2260,0%
Contas a receber de partes relacionadas	1.645	745	120,8%
Demais ativos circulantes	1.967	575	242,1%
<b>Não Circulante</b>	<b>79.317</b>	<b>62.567</b>	<b>26,8%</b>
Contas a receber de clientes	8.607	522	1548,9%
Depósitos judiciais	506	819	-38,2%
Imóveis a comercializar	227	1.126	-79,8%
Contas a receber de partes relacionadas	2.672	6.745	-60,4%
Impostos a recuperar	801	893	-10,3%
Demais ativos não circulantes	6	9	-33,3%
Investimentos	65.188	51.031	27,7%
Imobilizado	384	772	-50,3%
Intangível	926	650	42,5%
<b>Passivo e Patrimônio Líquido</b>	<b>191.419</b>	<b>124.698</b>	<b>53,5%</b>
<b>Circulante</b>	<b>56.263</b>	<b>24.307</b>	<b>131,5%</b>
Empréstimos e financiamentos	8.747	0	0,0%
Fornecedores	3.289	1.560	110,8%
Obrigações trabalhistas e tributárias	6.399	2.513	154,6%

Obrigações tributárias parceladas	258	290	-11,0%
Obrigações com aquisição de terreno	22.491	11.560	94,6%
Adiantamento de clientes	11.996	4.686	156,0%
Dividendos a pagar	1.637	29	5544,8%
Provisão para garantia de obras	1.227	1.099	11,6%
Débitos com partes relacionadas	0	2.289	-100,0%
Arrendamentos a pagar	219	281	-22,1%
<b>Não Circulante</b>	<b>125.995</b>	<b>97.089</b>	<b>29,8%</b>
Empréstimos e financiamentos	78.350	33.720	132,4%
Obrigações com aquisição de terreno	3.176	17.038	-81,4%
Obrigações trabalhistas e tributárias	35	21	66,7%
Obrigações tributárias parceladas	289	522	-44,6%
Provisão para garantia de obras	520	525	-1,0%
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	15.243	17.313	-12,0%
Provisão para perda com investimentos	1.143	558	104,8%
Débito com parceiros em empreendimentos	25.378	27.086	-6,3%
Arrendamentos a pagar	97	306	-68,3%
Demais passivos	1.764	0	0,0%
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>9.161</b>	<b>3.302</b>	<b>177,4%</b>
Capital social	4.000	16.000	-75,0%
Reserva de lucros	5.161	0	0,0%
Prejuízos acumulado	0	(12.698)	-100,0%

#### Total do Ativo

Os ativos da Companhia totalizaram R\$191,4 milhões em 31 de dezembro de 2021, crescimento de 53,5% em relação a 31 de dezembro de 2020, que totalizou R\$124,7 milhões. Tal variação deve-se principalmente pelo avanço no andamento das obras dos empreendimentos lançados em 2020 e 2021 de suas controladas e aquisição de terrenos para futuras incorporações.

#### Total do Passivo

Os passivos da Companhia totalizaram R\$182,2 milhões em 31 de dezembro de 2021, uma variação positiva de 50,2% em relação a 31 de dezembro de 2020, que totalizou R\$121,3 milhões, sendo que tal variação ocorreu principalmente devido ao aumento de R\$53,4 milhões a título de Empréstimos e financiamentos bancários.

#### Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido da Companhia totalizou R\$9,2 milhões em 31 de dezembro de 2021, crescimento de 177,4% em relação ao mesmo período de 2020, que totalizou R\$3,3 milhões. Esse forte crescimento deve-se principalmente pelo lucro acumulado apurado no exercício decorrente dos resultados operacionais da Companhia em 2021.

**Comparação dos resultados nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020**

<b>Demonstrações dos Resultados</b> <b>Períodos encerrados em 31 de dezembro</b> <b>(Em milhares de Reais - R\$)</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>	<b>Var. %</b>
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>73.003</b>	<b>30.039</b>	<b>143,0%</b>
<b>Custos dos Imóveis Vendidos e dos Serviços Prestados</b>	<b>(47.356)</b>	<b>(24.516)</b>	<b>93,2%</b>
<b>Lucro (Prejuízo) Bruto</b>	<b>25.647</b>	<b>5.523</b>	<b>364,4%</b>
<b>Margem Bruta (%)</b>	<b>35,1%</b>	<b>18,4%</b>	<b>16,7 pp</b>
<b>Receitas (Despesas) Operacionais</b>	<b>(11.891)</b>	<b>(1.698)</b>	<b>600,3%</b>
Administrativas e gerais	(16.741)	(6.457)	159,3%
Despesas comerciais	(2.857)	(1.500)	90,5%
Equivalência patrimonial	11.867	2.290	418,2%
Outras receitas operacionais líquidas	(4.160)	3.969	-204,8%
<b>EBITDA</b>	<b>13.756</b>	<b>3.825</b>	<b>259,6%</b>
<b>Margem EBITDA (%)</b>	<b>18,8%</b>	<b>12,7%</b>	<b>6,1 pp</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(5.128)</b>	<b>(1.206)</b>	<b>325,2%</b>
<b>Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>8.628</b>	<b>2.619</b>	<b>229,5%</b>
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>(1.161)</b>	<b>(676)</b>	<b>71,7%</b>
<b>Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício</b>	<b>7.467</b>	<b>1.943</b>	<b>284,3%</b>
<b>Margem Líquida (%)</b>	<b>10,2%</b>	<b>6,5%</b>	<b>3,8 pp</b>

**Receita operacional líquida**

A receita operacional líquida da Companhia no encerramento do exercício social em 31 de dezembro de 2021 atingiu R\$73,0 milhões, aumento de 143,0% em relação ao encerramento do exercício social de 2020, que foi de R\$30,0 milhões. Esse crescimento deve-se principalmente pela apropriação imobiliária da receita operacional, oriunda das unidades comercializadas e ao aumento da receita de prestação de serviços por conta da retomada do volume operacional.

**Custos dos imóveis vendidos e dos serviços prestados**

O custo dos imóveis vendidos e dos serviços prestados da Companhia no encerramento do exercício social de 2021 totalizou R\$47,4 milhões, crescimento de 93,2% em relação ao encerramento do exercício social de 2020, que atingiu R\$24,5 milhões. Esse crescimento é justificado pelo reconhecimento da apropriação imobiliária, na medida em que as vendas de unidades são comercializadas.

### Lucro bruto

O lucro bruto da Companhia no encerramento do exercício social de 2021 atingiu R\$25,6 milhões, crescimento 364,4% em relação ao encerramento do exercício social de 2020, que totalizou R\$5,5 milhões. Esse crescimento deve-se principalmente a apropriação imobiliária da receita operacional das vendas de unidades dos empreendimentos lançados a partir de 2020 e ao aumento da receita de prestação de serviços por conta da retomada do volume operacional.

### Lucro líquido do exercício

O lucro líquido da Companhia no encerramento do exercício social de 2021 foi de R\$7,5 milhões, crescimento de 284,3% em relação ao encerramento do exercício social de 2020, que totalizou R\$1,9 milhão.

### Comparação dos resultados nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

<b>Balancos Patrimoniais</b> <b>Períodos encerrados em 31 de dezembro</b> <b>(Em milhares de Reais - R\$)</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>Var. %</b>
<b>Ativo</b>	<b>124.698</b>	<b>79.872</b>	<b>56,1%</b>
<b>Circulante</b>	<b>62.131</b>	<b>48.183</b>	<b>28,9%</b>
Caixa e equivalentes de caixa	10.168	137	7321,9%
Contas a receber de clientes	13.452	701	1819,0%
Imóveis a comercializar	37.176	40.159	-7,4%
Impostos a recuperar	15	21	-28,6%
Contas a receber de partes relacionadas	745	7.103	-89,5%
Demais ativos circulantes	575	62	827,4%
<b>Não Circulante</b>	<b>62.567</b>	<b>31.689</b>	<b>97,4%</b>
Contas a receber de clientes	522	470	11,1%
Depósitos judiciais	819	903	-9,3%
Imóveis a comercializar	1.126	1.135	-0,8%
Contas a receber de partes relacionadas	6.745	5	134800,0%
Impostos a recuperar	893	999	-10,6%
Demais ativos não circulantes	9	10	-10,0%
Investimentos	51.031	27.341	86,6%
Imobilizado	772	31	2390,3%
Intangível	650	795	-18,2%
<b>Passivo e Patrimônio Líquido</b>	<b>124.698</b>	<b>79.872</b>	<b>56,1%</b>
<b>Circulante</b>	<b>24.307</b>	<b>16.155</b>	<b>50,5%</b>
Empréstimos e financiamentos	0	0	0,0%
Fornecedores	1.560	518	201,2%

Obrigações trabalhistas e tributárias	2.513	1.576	59,5%
Obrigações tributárias parceladas	290	288	0,7%
Obrigações com aquisição de terreno	11.560	8.116	42,4%
Adiantamento de clientes	4.686	0	0,0%
Dividendos a pagar	29	29	0,0%
Provisão para garantia de obras	1.099	1.438	-23,6%
Débitos com partes relacionadas	2.289	3.944	-42,0%
Arrendamentos a pagar	281	246	14,2%
<b>Não Circulante</b>	<b>97.089</b>	<b>62.358</b>	<b>55,7%</b>
Empréstimos e financiamentos	33.720	0	0,0%
Obrigações com aquisição de terreno	17.038	26.566	-35,9%
Obrigações trabalhistas e tributárias	21	0	0,0%
Obrigações tributárias parceladas	522	811	-35,6%
Provisão para garantia de obras	525	1.593	-67,0%
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	17.313	16.926	2,3%
Provisão para perda com investimentos	558	294	89,8%
Débito com parceiros em empreendimentos	27.086	2.055	1218,1%
Arrendamentos a pagar	306	507	-39,6%
Demais passivos	0	26	-100,0%
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>3.302</b>	<b>1.359</b>	<b>143,0%</b>
Capital social	16.000	16.000	0,0%
Reserva de lucros	0	1.934	-100,0%
Prejuízos acumulado	(12.698)	(16.575)	-23,4%

#### Total do Ativo

Os ativos da Companhia totalizaram R\$124,7 milhões em 31 de dezembro de 2020, crescimento de 56,1% quando comparado com o mesmo período de 2019, que atingiu R\$79,9 milhões. Tal variação deve-se principalmente pelo lançamento de novos empreendimentos de suas controladas ao mercado gerando aumento do contas a receber e investimentos.

#### Total do Passivo

Os passivos da Companhia totalizaram R\$121,4 milhões em 31 de dezembro de 2020, aumento de 54,6% em relação a 31 de dezembro de 2019, que totalizou R\$78,5 milhões. Esse crescimento deve-se principalmente a: (i) aumento de R\$33,7 milhões a título de Empréstimos e financiamentos bancários e; (ii) aumento de R\$25,0 milhões a título de débito com parceiros em empreendimentos.

#### Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido da Companhia totalizou R\$3,3 milhões em 31 de dezembro de 2020, crescimento de 143,0% em relação ao mesmo período de 2019, que atingiu R\$ 1,4 milhão. Esse crescimento deve-

se principalmente pelo lucro acumulado apurado no exercício decorrente dos resultados operacionais da Companhia em 2020.

#### Comparação dos resultados nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

<b>Demonstrações dos Resultados</b> <b>Períodos encerrados em 31 de dezembro</b> <b>(Em milhares de Reais - R\$)</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>Var. %</b>
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>30.039</b>	<b>4.076</b>	<b>637,0%</b>
<b>Custos dos Imóveis Vendidos e dos Serviços Prestados</b>	<b>(24.516)</b>	<b>(7.047)</b>	<b>247,9%</b>
<b>Lucro (Prejuízo) Bruto</b>	<b>5.523</b>	<b>(2.971)</b>	<b>-285,9%</b>
<b>Margem Bruta (%)</b>	<b>18,4%</b>	<b>-72,9%</b>	<b>91,3 pp</b>
<b>Receitas (Despesas) Operacionais</b>	<b>(1.698)</b>	<b>(22.652)</b>	<b>-92,5%</b>
Administrativas e gerais	(6.457)	(23.337)	-72,3%
Despesas comerciais	(1.500)	(177)	749,4%
Equivalência patrimonial	2.290	1.214	88,6%
Outras receitas operacionais líquidas	3.969	(352)	-1226,3%
<b>EBITDA</b>	<b>3.825</b>	<b>(25.623)</b>	<b>-114,9%</b>
<b>Margem EBITDA (%)</b>	<b>12,7%</b>	<b>-628,6%</b>	<b>641,4 pp</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(1.206)</b>	<b>938</b>	<b>-228,6%</b>
<b>Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>2.619</b>	<b>(24.685)</b>	<b>-110,6%</b>
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>(676)</b>	<b>18</b>	<b>-3855,6%</b>
<b>Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício</b>	<b>1.943</b>	<b>(24.667)</b>	<b>-107,9%</b>
<b>Margem Líquida (%)</b>	<b>6,5%</b>	<b>-605,2%</b>	<b>611,7 pp</b>

#### Receita operacional líquida

A receita operacional líquida da Companhia no encerramento do exercício social em 31 de dezembro de 2020 atingiu R\$30,0 milhões, aumento de 637,0% em relação ao encerramento do exercício social de 2019, que foi de R\$4,1 milhões. Esse crescimento deve-se principalmente pela apropriação imobiliária da receita operacional, oriunda das unidades comercializadas e ao aumento da receita de prestação de serviços por conta da retomada do volume operacional.

#### Custos dos imóveis vendidos e dos serviços prestados

O custo dos imóveis vendidos e dos serviços prestados da Companhia no encerramento do exercício social de 2020 totalizou R\$24,5 milhões, aumento de 247,9% em relação ao encerramento do exercício

social de 2019, que atingiu R\$7,0 milhões. Esse crescimento é justificado pelo reconhecimento da apropriação imobiliária, na medida em que as vendas de unidades são comercializadas.

### **Lucro bruto**

O lucro bruto da Companhia no encerramento do exercício social de 2020 atingiu R\$5,5 milhões, crescimento 285,9% em relação ao encerramento do exercício social de 2019, que totalizou o valor negativo R\$5,5 milhões. Esse crescimento deve-se principalmente a apropriação imobiliária da receita operacional das vendas de unidades dos empreendimentos lançados em 2020 e ao aumento da receita de prestação de serviços por conta da retomada do volume operacional.

### **Lucro líquido do exercício**

O lucro líquido da Companhia no encerramento do exercício social de 2020 foi de R\$1,9 milhão, crescimento de 107,9% em relação ao encerramento do exercício social de 2019, que totalizou o valor negativo de R\$24,7 milhões.

## **2.2. Os diretores devem comentar**

### ***a) Resultados das operações do Emissor, em especial:***

#### ***(i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita:***

O resultado das operações (receitas, custo e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios. A receita operacional líquida da Companhia decorre principalmente da venda de unidades imobiliárias, prestação de serviços de construção, gerenciamento de construção e serviços de assistência técnica, além de algum resultado da venda de lotes em estoque.

A composição da receita operacional é demonstrada a seguir:

<b>(Em R\$ milhões)</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>
Receitas de serviços	6.440	18.258	24.215
Receitas de assistência técnica	228	1.202	2.429
Receitas de venda de unidades imobiliárias	26.248	64.515	130.438
Impostos sobre receita	(2.877)	(10.972)	(7.889)
<b>Total</b>	<b>30.039</b>	<b>73.003</b>	<b>149.193</b>

As receitas de prestação de serviços de administração de obras são reconhecidas em função dos prazos decorridos, resultados auferidos e serviços prestados no regime de competência e as receitas de venda de unidades imobiliárias são constituídas ao longo do período de construção, aplicando-se a porcentagem de conclusão ("PoC") sobre a receita das unidades vendidas, ajustada segundo as condições dos contratos de venda (acrescido da variação do Índice Nacional da Construção Civil - INCC). Os custos e despesas são reconhecidos quando mensuráveis e incorridos. Ao longo dos

exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2021 e 2022, em média 87% das nossas receitas foram decorrentes de venda de unidades imobiliárias.

***(ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais:***

A venda de unidades imobiliárias, a prestação de serviços de construção e gerenciamento de construção da Companhia podem afetar materialmente o nosso desempenho operacional, visto que a medição ou percentual de taxa de administração de construção é variável de acordo com o empreendimento que a Companhia irá desenvolver.

A Companhia reconhece os valores das receitas e dos custos provenientes de prestação de serviços de construção e gerenciamento de construção conforme sua execução, em conformidade com o período de competência.

A receita com venda de unidades imobiliárias é mensurada pelo valor efetivamente contratado, sendo os valores de contas a receber, calculados a valor presente considerando os prazos dos recebimentos futuros.

Os principais impactos nas variações de receitas entre os exercícios de 2022, 2021 e 2020 decorrem da variação no volume das operações da Companhia.

***b) Variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação***

A Companhia não possui variações das receitas atribuíveis a fatores externos, visto que a mesma determina o percentual de taxa de administração de construção em contrato de prestação de serviços, conforme item 2.2.(ii) acima.

As receitas de vendas podem ser impactadas pela variação nos índices de inflação que corrigem os nossos contratos de prestação de serviços e vendas de unidades imobiliárias, principalmente o INCC. As variações de receita nos últimos três exercícios são relativas à variação do volume de negócios, bem como da evolução físico-financeira das obras.

***c) Impacto relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro de Emissor.***

***Operações com instrumentos derivativos***

Em 31 de dezembro de 2022, 2021 e de 2020, a Companhia e suas controladas não possuíam operações de derivativos e nem de risco semelhante.

### **Análise da sensibilidade das aplicações financeiras – Exercício 2022**

Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados à variação do CDI adicionado aos juros divulgados na nota explicativa nº 4 para capital de giro e pela variação do Índice Nacional de Custo da Construção – INCC (Fonte: Fundação Getúlio Vargas - FGV) até a entrega das chaves e posteriormente pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M (Fonte: Fundação Getúlio Vargas - FGV) incidentes no contas a receber por venda de imóveis, divulgados na nota explicativa nº 5.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nas aplicações e contas a receber por venda de imóveis ao qual a Companhia está exposta, foram definidos três cenários diferentes. Com base nas taxas do CDI, IGP-M e INCC vigentes em 31 de dezembro de 2022 (Fonte: Fundação Getúlio Vargas - FGV), foi definido o cenário provável para um período de 12 meses e a partir deste calculadas variações de 25% e 50%.

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo consolidado de aplicações financeiras e contas a receber por venda de imóveis apresenta a seguinte composição em relação à taxa de juros e IGPM:

		<b>Cenário 50%</b>	<b>Cenário 25%</b>	<b>Cenário provável (valor contábil projetado)</b>	<b>Cenário -25%</b>	<b>Cenário -50%</b>
Aplicações financeiras	CDI	20,48%	17,06%	13,65%	10,24%	6,83%
Posição contábil em 31/12/2022 - R\$21.517		32.276	26.896	21.517	16.138	10.759

### **Análise da sensibilidade das aplicações financeiras – Exercício 2021**

Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados à variação do CDI adicionado aos juros divulgados na nota explicativa nº 4 para capital de giro.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações ao qual a Companhia está exposta na data-base 31 de dezembro de 2021, foram definidos três cenários diferentes. Com base nas taxas do CDI vigentes em 31 de dezembro de 2021, foi definido o cenário provável para um período de 12 meses e a partir deste calculadas variações de 25% e 50%.

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo consolidado de aplicações financeiras apresenta a seguinte composição em relação à taxa de juros:

	Risco	Cenário 50%	Cenário 25%	Cenário provável (valor contábil projetado)	Cenário -25%	Cenário -50%
Aplicações financeiras	CDI	13,88%	11,56%	9,25%	6,94%	4,63%
Posição contábil em 31/12/2021 - R\$26.399		39.599	32.999	26.399	19.799	13.200

### **Análise da sensibilidade das aplicações financeiras – Exercício 2020**

Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados à variação do CDI adicionado aos juros divulgados na nota explicativa nº 4 para capital de giro.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações ao qual a Companhia está exposta na data-base 31 de dezembro de 2020, foram definidos três cenários diferentes. Com base nas taxas do CDI vigentes em 31 de dezembro de 2020, foi definido o cenário provável para um período de 12 meses e a partir deste calculadas variações de 25% e 50%.

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo consolidado de aplicações financeiras apresenta a seguinte composição em relação à taxa de juros:

	Risco	Cenário 50%	Cenário 25%	Cenário provável (valor contábil projetado)	Cenário -25%	Cenário -50%
Aplicações financeiras	CDI	3,9%	3,25%	2,6%	1,95%	1,30%
Posição contábil em 31/12/2020 - R\$9.583		374	311	249	187	125

### **2.3 Os diretores devem comentar:**

#### ***a) mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2***

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, não houve introdução ou alienação de segmentos operacionais da Companhia não refletida nas demonstrações financeiras.

#### ***b) opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor***

Em 2020 não ocorreu constituição, aquisição ou alienação de participação societária pela Construtora Adolpho Lindenberg nem por nenhuma de suas subsidiárias.

Em 2021 não ocorreu constituição, aquisição ou alienação de participação societária relevante pela Construtora Adolpho Lindenberg nem por nenhuma de suas subsidiárias.

Em 2022 não ocorreu constituição, aquisição ou alienação de participação societária relevante pela Construtora Adolpho Lindenberg nem por nenhuma de suas subsidiárias.

**2.4. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados**

**a) *introdução ou alienação de segmento operacional***

Não há.

**b) *constituição, aquisição ou alienação de participação societária***

Não há.

**c) *eventos ou operações não usuais***

Em 25 de julho de 2022, houve a formalização e homologação da emissão e atribuição de 3.720.752 bônus de subscrição (3.336.890, foram outorgados para Lindenberg Investimentos e cedidos na sequência para Eztec Empreendimentos e Participações S.A – (Vide Nota 2(d)(ii)), na forma escritural e nominativa, como vantagem adicional aos subscritores das ações do aumento de capital, de modo que, para cada 1 (uma) nova ação ordinária subscrita, foram entregues 2 (dois) bônus de subscrição. Os bônus de subscrição foram emitidos e creditados em nome dos subscritores. A Companhia avaliou através de consultores externos o *valuation* da operação e não identificou impactos contábeis da transação nas demonstrações financeiras anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

**2.5. Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:**

**a) *informar o valor das medições não contábeis***

Não há.

**b) *fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas***

Não há.

**c) explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações**

Não há.

**2.6. Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente**

Não há.

**2.7. Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:**

**a) regras sobre retenção de lucros**

No fim do exercício social é constituída a título de reserva legal, 5% do lucro líquido do exercício até que atinja o montante de 20% do capital social da Companhia. Após a constituição da reserva, a participação proporcional de 25% do lucro remanescente será destinado a dividendos, sendo o saldo remanescente destinado a reserva de lucros a ser aprovado em Assembleia.

**b) regras sobre distribuição de dividendos**

Vide acima.

**c) periodicidade das distribuições de dividendos**

Anual, quando aplicável.

**d) eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais**

Não há.

**e) se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

Política conforme previsto no Estatuto.

**2.8. Os diretores devem descrever –os Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:**

***a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:***

***i. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos***

A Companhia não realizou nos últimos 03 exercícios operações de arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos.

***ii. Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços.***

A Companhia não realizou nos últimos 03 exercícios operações de carteira de recebíveis sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidade.

***iii. Contratos de construção não terminada***

A Companhia não realizou nos últimos 03 exercícios compra de produtos ou serviços mediante a emissão de contratos futuros.

***iv. Contratos de recebimentos futuros de financiamentos***

A Companhia não possui contratos de construção não terminados (não cumpridos) nos últimos 03 exercícios;

***b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras***

Não há.

**2.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:**

Não há.

***a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor;***

Não há.

***b) Natureza e o propósito da operação;***

Não há.

***c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação;***

Não há

**2.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:**

***a) Investimentos, incluindo; (i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos; (ii) fontes de financiamento dos investimentos e (iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.***

Para desenvolvermos nosso plano de negócios que consiste na venda de unidades imobiliárias, prestação de serviço de construção e gerenciamento de construção, não são necessárias grandes fontes de investimento. As principais fontes de financiamento utilizadas pela Companhia são as linhas de crédito obtidas com bancos e outras instituições financeiras.

Não houve e não há planejamento de desinvestimentos.

Não houve aquisições de terrenos, plantas, equipamentos, ou outros ativos relevantes.

***b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor***

No ano de 2022, a Companhia realizou o lançamento do projeto Lindenberg Guarará no 4T22, com VGV potencial de R\$ 142,5 milhões e participação CAL de 100%, localizado na capital de São Paulo, segmento residencial e de alto padrão, composto de 21 unidade tipo e com 4.703 mil m<sup>2</sup> de área privativa de vendas. Permanecemos otimistas para o cenário do mercado imobiliário de alto padrão em São Paulo nos próximos trimestres, mas também cautelosos de forma que é preponderante destacar que os próximos lançamentos continuarão a depender principalmente da demanda do mercado e das condições do cenário econômico no país.

***c) novos produtos e serviços, indicando; (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; (ii) montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; (iii) projetos de desenvolvimento já divulgados; (iv) montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.***

**2.11 Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.**

Não existem outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção 2.

**CONSTRUTORA ADOLPHO LINDENBERG S.A.**

*Companhia Aberta*

**CNPJ nº 61.022.042/0001-18**

**NIRE nº 35.300.067.827**

ANEXO II

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA  
CONSTRUTORA ADOLPHO LINDENBERG S.A. A SER REALIZADA EM 24 DE ABRIL DE 2023

***PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO QUE CONTENHA, NO MÍNIMO, AS  
INFORMAÇÕES INDICADAS NO ANEXO A DA RESOLUÇÃO CVM 81***

**1. Informar o lucro líquido do exercício**

O lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$6.999.961,95 (seis milhões, novecentos e noventa e nove mil, novecentos e sessenta e um reais e noventa e cinco centavos).

**2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados.**

Durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 não foram declarados dividendos antecipados e/ou juros sobre capital próprio. A proposta da administração para o montante global de dividendos a ser distribuído é de R\$1.662.491,01 (um milhão, seiscentos e sessenta e dois mil, quatrocentos e noventa e um reais e um centavo) o que equivale a R\$0,446789565 para cada ação, levando-se em consideração a quantidade total de ações na data de sua distribuição/proposição, cuja aprovação e distribuição será submetida à Assembleia.

Os membros do Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 17 de março de 2023, analisaram e aprovaram as demonstrações financeiras, orçamento de capital e destinação de resultados, que serão submetidos à aprovação dos acionistas na Assembleia, conforme apresentado na referida reunião.

**3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído**

Do lucro líquido do exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, 5% deverá ser destinado a Reserva Legal. Do saldo posterior de R\$6.649.964,06 (seis milhões, seiscentos e quarenta e nove mil, novecentos e sessenta e quatro reais e seis centavos), 25% deverá ser destinado a pagamento de dividendos mínimos obrigatórios. Dessa forma, o valor total de R\$1.662.491,01 (um milhão, seiscentos

e sessenta e dois mil, quatrocentos e noventa e um reais e um centavo) equivale a 23,75% do lucro líquido do exercício de 2022.

**4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores**

O montante global de dividendos distribuídos é de R\$3.269.999,24 (três milhões, duzentos e sessenta e nove mil, novecentos e noventa e nove reais e vinte e quatro centavos), o que equivale a R\$ 0,8788026668 para cada ação, sendo R\$1.662.491,01 (um milhão, seiscentos e sessenta e dois mil, quatrocentos e noventa e um reais e um centavo) no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 e R\$1.607.508,22 (um milhão, seiscentos e sete mil, quinhentos e oito reais e vinte e dois centavos) no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

**5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:**

**a) O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe**

O valor bruto dos dividendos é de R\$1.662.491,01 (um milhão, seiscentos e sessenta e dois mil, quatrocentos e noventa e um reais e um centavo) o que equivale a R\$0,446789565 para cada ação.

Não houve, conforme Demonstrações Financeiras da Companhia do exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, destaque dos juros sobre capital próprio, não havendo, portanto, qualquer deliberação a ser tomada na Assembleia.

**b) A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio**

Uma vez aprovados pela Assembleia, propomos que o pagamento dos dividendos destacados nas demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 seja realizado dentro do exercício social de 2023, nos termos do artigo 205, §3º, da LSA, pagamento a ser efetuado em dinheiro em uma única parcela.

Os acionistas terão seus créditos disponíveis na data de início do pagamento desse direito, de acordo com sua conta corrente e domicílio bancário fornecido ao Banco Itaú.

Aos acionistas cujo cadastro esteja desatualizado, ou seja, que não contém a inscrição do número de CPF/CNPJ ou indicação de Banco/Agência e Conta Corrente, os dividendos serão creditados a partir do décimo dia útil contado da data da solicitação, desde que os interessados providenciem a regularização de seu cadastro, pessoalmente, em uma das agências do Banco Itaú conforme orientação que deverá constar no respectivo Aviso aos Acionistas, a ser publicado após a Assembleia.

Os acionistas usuários do serviço de custódia fiduciária de ações terão seus dividendos creditados conforme procedimentos adotados pela B3.

Não houve, conforme demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, a distribuição dos juros sobre capital próprio, não havendo, portanto, qualquer deliberação a ser tomada na Assembleia.

**c) *Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio***

Não há proposta de atualização e juros dos dividendos.

Não houve, conforme demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, distribuição dos juros sobre capital próprio, não havendo, portanto, qualquer deliberação a ser tomada na Assembleia.

**d) *Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento***

A data determinada para declaração de pagamento dos dividendos, isto é, a data considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento, é a data da realização da Assembleia, a ser realizada em 24 de abril de 2023.

Não houve, conforme demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, distribuição dos juros sobre capital próprio, não havendo, portanto, qualquer deliberação a ser tomada na Assembleia.

**6. *Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores***

**a) *Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados.***

Não houve, conforme demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, dividendos declarados com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores.

Não houve, conforme demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, distribuição dos juros sobre capital próprio, não havendo, portanto, qualquer deliberação a ser tomada na Assembleia.

**b) *Informar a data dos respectivos pagamentos***

Não aplicável.

**7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:**

**a) Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores**

	<b>2022</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Lucro (prejuízo) Líquido do exercício	R\$7.000	R\$7.467	R\$1.943
Lucro (prejuízo) Líquido por ação (em reais)	R\$1,88	R\$20,07	R\$5,22

**b) Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores**

	<b>2022</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Valor global dos dividendos distribuídos	R\$1.662	R\$1.608	-
Valor dos dividendos por ação (em reais) Ações (ordinárias e preferenciais)	R\$ 0,45	R\$ 4,32	-
Valor dos dividendos por ação (em reais) Ações ordinárias	R\$ 0,45	R\$ 4,32	-
Valor dos dividendos por ação (em reais) Ações preferenciais	n/a	R\$ 4,32	-
Juro sobre capital próprio	n/a	n/a	n/a

**8. Havendo destinação de lucros à reserva legal**

**a) Identificar o montante destinado à reserva legal**

O montante destinado à reserva legal sobre o lucro do exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$349.998,11 (trezentos e quarenta e nove mil, novecentos e noventa e oito reais e onze centavos).

**b) Detalhar a forma de cálculo da reserva legal**

Do lucro líquido do exercício, que é resultado remanescente depois de deduzidas as participações de que trata o artigo anterior, dele se destacará 5% (cinco por cento) para a constituição da reserva legal, até que o seu montante atinja a 20% (vinte por cento) do capital social da Companhia, conforme disposto no artigo 193 da LSA e no artigo 32 do Estatuto Social da Companhia.

**9. Caso a Companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos**

**a) Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos**

Nos termos do artigo 5º, parágrafo 3º, do Estatuto Social da Companhia, os possuidores de ações preferenciais têm prioridade na percepção de um dividendo mínimo anual e não cumulativo de 6,5% (seis e meio por cento) sobre o valor do capital social próprio a essa espécie de ação, ou a participação proporcional de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, prevalecendo o valor maior.

**b) *Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos***

Sim, é suficiente para pagamento dos dividendos das ações preferenciais.

**c) *Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa***

Não há parcela não paga de dividendos fixo ou mínimo.

**d) *Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais***

O valor global dos dividendos mínimos a serem pagos aos titulares de ações é de R\$1.662.491,01 (um milhão, seiscentos e sessenta e dois mil, quatrocentos e noventa e um reais e um centavo)

**e) *Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe***

O valor por ação dos dividendos mínimos a serem pagos aos titulares de ações é de R\$0,446789565.

**10. Em relação ao dividendo obrigatório**

**a) *Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto***

Nos termos do artigo 5º, parágrafo 3º, do Estatuto Social da Companhia, os possuidores de ações preferenciais têm prioridade na percepção de um dividendo mínimo anual e não cumulativo de 6,5% (seis e meio por cento) sobre o valor do capital social próprio a essa espécie de ação.

**b) *Informar se ele está sendo pago integralmente***

Sim, o dividendo obrigatório será pago integralmente.

**c) *Informar o montante eventualmente retido***

Não aplicável.

**11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia**

**a) *Informar o montante da retenção***

Não aplicável.

**b) *Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos***

Não aplicável.

**c) *Justificar a retenção dos dividendos***

Não aplicável.

**12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências**

**a) *Identificar o montante destinado à reserva***

Não aplicável.

**b) *Identificar a perda considerada provável e sua causa***

Não aplicável.

**c) *Explicar porque a perda foi considerada provável***

Não aplicável.

**d) *Justificar a constituição da reserva***

Não aplicável.

**13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar**

**a) *Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar***

Não aplicável.

**b) *Informar a natureza dos lucros não realizados que deram origem à reserva***

Não aplicável.

**14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias**

**a) *Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva***

Não aplicável.

**b) *Identificar o montante destinado à reserva***

Não aplicável.

**c) *Descrever como o montante foi calculado***

Não aplicável.

**15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital**

**a) *Identificar o montante da retenção***

A retenção de lucros no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$4.987.473,04 (quatro milhões, novecentos e oitenta e sete mil, quatrocentos e setenta e três reais e sessenta e quatro centavos), que será integralmente destinado como caixa adicional da Companhia.

O saldo da Reserva de Retenção de Lucros em 31 de dezembro de 2022 é de R\$4.987.473,04 (quatro milhões, novecentos e oitenta e sete mil, quatrocentos e setenta e três reais e sessenta e quatro centavos).

**b) *Fornecer cópia do orçamento de capital***

Cópia constante do Anexo III à presente Proposta.

**16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais**

**a) *Informar o montante destinado à reserva***

Não aplicável.

**b) *Explicar a natureza da destinação***

Não aplicável.

**CONSTRUTORA ADOLPHO LINDENBERG S.A.**

*Companhia Aberta*

**CNPJ nº 61.022.042/0001-18**

**NIRE nº 35.300.067.827**

ANEXO III

PROPOSTA DE ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA  
CONSTRUTORA ADOLPHO LINDENBERG S.A. A SER REALIZADA EM 24 DE ABRIL DE 2023

**ORÇAMENTO DE CAPITAL PARA 2023 (CONSOLIDADO)**

Senhores Acionistas,

Nos termos do artigo 196 da LSA e da Resolução CVM 80, apresentamos a V.Sas., para análise e posterior aprovação na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a proposta de **Orçamento de Capital** para o exercício social de 2023, no valor de R\$4.987.473,04 (quatro milhões, novecentos e oitenta e sete mil, quatrocentos e setenta e três reais e sessenta e quatro centavos).

Proposta de Orçamento de Capital: R\$4.987.473,04 (quatro milhões, novecentos e oitenta e sete mil, quatrocentos e setenta e três reais e sessenta e quatro centavos).

Reserva de retenção de lucros (art. 196)	R\$4.987.473,04
<b>Total de fontes</b>	<b>R\$4.987.473,04</b>
Caixa adicional da Companhia devido as condições macroeconômicas vigentes	R\$4.987.473,04
<b>Aplicações</b>	<b>R\$4.987.473,04</b>

São Paulo, 17 de março de 2023.

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

**Marcelo Haddad Buzar**

**CONSTRUTORA ADOLPHO LINDENBERG S.A.**

***Companhia Aberta***

**CNPJ nº 61.022.042/0001-18**

**NIRE nº 35.300.067.827**

**ANEXO IV**

PROPOSTA DE ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA  
CONSTRUTORA ADOLPHO LINDENBERG S.A. A SER REALIZADA EM 24 DE ABRIL DE 2023

**PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES, CONFORME PREVISTO NA RESOLUÇÃO  
CVM 81, ARTIGO 13, INCISO I**

Senhores Acionistas,

Nos termos do artigo 13, inciso I, da Resolução CVM 81, apresentamos a proposta para a verba anual e global para remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria estatutária da Companhia.

Desta forma, para o exercício social de 2023, propomos o montante de até **R\$6.750.000,00** (seis milhões e setecentos e cinquenta mil reais), para a remuneração dos administradores da Companhia, incluindo salário/pró-labore, benefícios e remuneração variável, ficando a cargo do Conselho de Administração da Companhia a fixação do montante individual e, se for o caso, a concessão de verbas de representação e/ou benefícios de qualquer natureza, conforme artigo 152 da LSA.

Referido valor foi determinado em função da grande experiência dos atuais administradores e de seu alto grau de conhecimento das atividades e operações da Companhia, sua sólida reputação no mercado e devido à necessidade de manutenção e valorização dos talentos individuais da Companhia, inserida em um mercado cada vez mais competitivo.

A Administração da Companhia esclarece que o valor efetivamente pago, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a título de remuneração (incluindo benefícios) aos seus administradores excluindo os pagamentos suportados pelas controladas, no valor total de R\$2.640.272 e incluindo os pagamentos suportados pelas controladas no valor total de R\$3.473.430 conforme indicado no item 8.2 abaixo, está compatível com o montante aprovado para tal exercício social na Assembleia Geral Ordinária realizada em 04 de abril de 2022, que foi de até R\$6.750.000,00 (seis milhões e setecentos e cinquenta mil reais).

São Paulo, 17 de março de 2023.

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Marcelo Haddad Buazar

**CONSTRUTORA ADOLPHO LINDENBERG S.A.**

*Companhia Aberta*

**CNPJ nº 61.022.042/0001-18**

**NIRE nº 35.300.067.827**

**ANEXO V**

PROPOSTA DE ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA  
CONSTRUTORA ADOLPHO LINDENBERG S.A. A SER REALIZADA EM 24 DE ABRIL DE 2023

**PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES, CONFORME PREVISTO NA RESOLUÇÃO  
CVM 81, ARTIGO 13, INCISO II**

**8. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES**

**8.1. Descrever a política e prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, quanto aos seguintes aspectos:**

**a) objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.**

A Companhia paga remuneração fixa e variável aos seus administradores, conforme o caso. Nas subsidiárias, há plano de participação nos lucros e resultados para o pagamento de remuneração variável aos colaboradores com base em avaliação individual de desempenho e alcance de metas, com o objetivo de alinhar os interesses da Companhia e de suas subsidiárias com os de seus colaboradores, de forma a estimular o comprometimento destes, atraindo e mantendo profissionais qualificados, melhorando a gestão dos negócios da Companhia e o desempenho dos colaboradores no exercício de suas funções e a permanência de tais colaboradores nos postos ocupados. A Companhia não tem uma política de remuneração formalmente aprovada.

**b) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando: (i) os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam, (ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos e (iii) com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor**

Uma vez aprovada a remuneração global pela Assembleia Geral, o Conselho de Administração é responsável por deliberar sobre a distribuição da remuneração entre os membros da administração

da Companhia.

**Ao definir a remuneração individual dos administradores, o Conselho de Administração se preocupa em manter os salários compatíveis com o mercado.**

A avaliação da adequação da política de remuneração é realizada anualmente, especialmente na definição dos componentes de remuneração fixa e variável dos administradores.

**c) composição da remuneração, indicando:**

**(i) descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles:**

Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração recebem remuneração fixa mensal pelo desempenho de suas funções (pró-labore), sendo que o Presidente do Conselho faz jus aos benefícios de plano de vida, plano de saúde e convênio farmácia.

Diretoria Estatutária

Os membros da diretoria estatutária recebem pró-labore fixo mensal e variável anual de acordo com os resultados da Companhia. O objetivo de cada elemento da remuneração dos diretores estatutários é incentivar o alinhamento de interesses destes com as metas da Companhia, de forma a estimular o comprometimento dos mesmos com os negócios da Companhia, melhorar os desempenhos destes nos exercícios de suas funções e também atrair e manter profissionais altamente qualificados.

Conselho Fiscal

Os membros do Conselho da Fiscal serão remunerados mensalmente sendo tal remuneração definida de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, que determina que a remuneração do conselho fiscal anual não poderá ser inferior, para cada membro em exercício e titular, a 10% (dez por cento) da que, em média, for atribuída a diretoria estatutária, não computados benefícios e remuneração variável, na forma de participação nos lucros e ações. Adicionalmente, os membros do Conselho Fiscal são obrigatoriamente reembolsados pelas despesas com locomoção, acomodação, alimentação e/ou outras relacionadas apenas quando ao desempenho da função.

**- seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor**

Em uma perspectiva de curto prazo, a Companhia busca obter tal alinhamento por meio de salários compatíveis com o mercado.

Em médio prazo, visamos obter tal alinhamento por meio do pagamento de variável anual de acordo com os resultados da Companhia a determinados colaboradores.

O formato da remuneração acima descrito procura incentivar os colaboradores a buscar a melhor rentabilidade dos investimentos e projetos desenvolvidos pela Companhia, de tal maneira a alinhar os interesses destes com os da Companhia, em longo prazo.

#### - sua proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais

Este subitem não se aplica aos membros do Conselho de Administração, tendo em vista que o único elemento de suas respectivas remunerações é um salário fixo mensal. Com relação à Diretoria Estatutária, não existe um percentual pré-definido para cada elemento, que é definido a cada ano pelo Conselho de Administração no momento da atribuição da remuneração individual. As tabelas abaixo apresentam a proporção prevista de cada elemento na composição da remuneração total para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de:

#### 2022

	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Total
Conselho de Administração	100%	0%	100%
Diretoria Estatutária	90%	10%	100%
Conselho Fiscal	N/A	N/A	N/A

#### 2021

	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Total
Conselho de Administração	100%	0%	100%
Diretoria Estatutária	100%	0%	100%
Conselho Fiscal	N/A	N/A	N/A

#### 2020

	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Total
Conselho de Administração	100%	0%	100%
Diretoria Estatutária	100%	0%	100%
Conselho Fiscal	N/A	N/A	N/A

#### - sua metodologia de cálculo e de reajuste

O valor global máximo a ser pago aos administradores a título de remuneração é determinado pela Assembleia Geral de Acionistas, estando a remuneração global máxima para tal público vinculada aos

limites impostos pelo artigo 152 da Lei das Sociedades por Ações, assim como a remuneração individual dos membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal se instalado. A remuneração total alvo individual dos Diretores é determinada pelo Conselho de Administração. O pró-labore fixo mensal poderá ser reajustado de acordo com os percentuais dos dissídios coletivos, Não há metodologia de cálculo e de reajuste específico para cada um dos elementos. O pró-labore fixo mensal poderá ser reajustado de acordo com os percentuais dos dissídios coletivos buscando manter os salários compatíveis com o mercado.

- principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG

Os indicadores de desempenho são o alcance de: (a) metas operacionais e financeiras, tais como: (i) volume geral de obras contratadas; (ii) volume geral de obras entregues; (iii) EBITDA; e (iv) lucro líquido, e (b) desempenho individual, tais como: (i) autonomia; (ii) iniciativa; (iii) capacidade de planejamento; (iv) comprometimento; (v) comunicação; (vi) flexibilidade; (vii) habilidade de relacionamento; (viii) negociação; (ix) solução de problemas; (x) trabalho em equipe; e (xi) entre outros. Ademais, a remuneração dos administradores também é baseada na avaliação individual, que leva em conta a iniciativa, proatividade, poder de tomada de decisões, postura profissional e o relacionamento interpessoal.

(ii) razões que justificam a composição da remuneração

As razões para composição da remuneração são o incentivo na melhoria da nossa gestão, melhorar o desempenho dos membros da Diretoria no exercício de suas funções e a permanência dos nossos executivos, visando ganhos pelo comprometimento com os resultados de longo prazo e ao desempenho de curto prazo.

A determinação de um montante de remuneração global para administradores da Companhia e subsidiárias atrelada a um retorno sobre o patrimônio líquido da Companhia é a estrutura designada para vincular a remuneração variável, paga aos colaboradores das subsidiárias e da Companhia de forma geral, e o desempenho de lucratividade.

Desta forma, a parcela variável da remuneração dos nossos administradores está vinculada ao desempenho da Companhia no período em questão.

(iii) a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Os membros efetivos do Conselho Fiscal só serão remunerados caso o órgão seja instalado, durante a sua atuação. Os membros suplentes não recebem remuneração, salvo se efetivamente substituírem os membros efetivos. Adicionalmente, dois membros do Conselho de Administração renunciaram suas respectivas remunerações, na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ocorrida em

04/04/2022.

d) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

Parte da remuneração variável anual e fixa da diretoria estatutária da Companhia é suportada por intermédio da CAL – Construtora e Serviços de Mão de Obra Ltda. (“CAL MO”), controlada direta da Companhia.

e) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia.

Não aplicável, uma vez que não há remuneração ou benefícios diretos ou indiretos vinculados à ocorrência de quaisquer eventos societários.

**8.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:**

<b>Remuneração total prevista para o Exercício Social de 2023 – Valores Anuais</b>				
	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
Nº total de membros	4	3	6	13
Nº de membros remunerados	2	3	3	8
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	105.000,00	2.050.000,00	205.000,00	2.360.000,00
Benefícios direto e indireto	50.000,00	210.000,00	0	260.000,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	N/A	N/A	N/A	N/A
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	4.130.000,00	0,00	4.130.000,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	N/A	N/A	

<b>Pós-emprego</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Cessação do cargo</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Baseada em ações (incluindo opções)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Observação</b>	Conforme disposto no Ofício Circular / Anual – 2022 – CVM/ SEP, o número de membros do Conselho de Administração foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, e (ii) os valores registrados na rubrica “outros” se referem aos encargos incidentes sobre a remuneração.	Conforme disposto no Ofício Circular / Anual – 2022 – CVM/ SEP, o número de membros do Conselho de Administração foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, e (ii) os valores registrados na rubrica “outros” se referem aos encargos incidentes sobre a remuneração.	Conforme disposto no Ofício Circular / Anual – 2022 – CVM/ SEP, o número de membros do Conselho de Administração foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, e (ii) os valores registrados na rubrica “outros” se referem aos encargos incidentes sobre a remuneração.	
<b>Total da remuneração</b>	<b>155.000,00</b>	<b>6.390.000,00</b>	<b>205.000,00</b>	<b>6.750.000,00</b>

<b>Remuneração total do Exercício Social findo em 31/12/2022 – Valores Anuais</b>				
	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
Nº total de membros	3	3	6	12
Nº de membros remunerados	1	3	3	7
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	74.023	2.014.052	50.670	2.138.745
Benefícios direto e indireto	44.569	207.139	0,00	251.708
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	N/A	N/A	N/A	
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	249.819	0,00	249.819
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00

Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	N/A	N/A	
<b>Pós-emprego</b>	N/A	N/A	N/A	
<b>Cessaçã o do cargo</b>	N/A	N/A	N/A	
<b>Baseada em ações (incluindo opções)</b>	N/A	N/A	N/A	
<b>Observação</b>	Conforme disposto no Ofício Circular / Anual – 2022 – CVM/ SEP, o número de membros do Conselho de Administração foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, e (ii) os valores registrados na rubrica “outros” se referem aos encargos incidentes sobre a remuneração.	Conforme disposto no Ofício Circular / Anual – 2022 – CVM/ SEP, o número de membros do Conselho de Administração foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, e (ii) os valores registrados na rubrica “outros” se referem aos encargos incidentes sobre a remuneração.	Conforme disposto no Ofício Circular / Anual – 2022 – CVM/ SEP, o número de membros do Conselho de Administração foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, e (ii) os valores registrados na rubrica “outros” se referem aos encargos incidentes sobre a remuneração.	
<b>Total da remuneração</b>	<b>118.592</b>	<b>2.471.010</b>	<b>50.670</b>	<b>2.640.272</b>

<b>Remuneração total do Exercício Social findo em 31/12/2021 – Valores Anuais</b>				
	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
Nº total de membros	3	3	0	6
Nº de membros remunerados	1	3	0	4
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	67.381,00	1.990.920,00	0,00	2.058.301,00
Benefícios direto e indireto	41.282,00	189.527,00	0,00	230.809,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	N/A	N/A	N/A	
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00

Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	N/A	N/A	
<b>Pós-emprego</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Cessação do cargo</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Baseada em ações (incluindo opções)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Observação</b>	Conforme disposto no Ofício Circular / Anual – 2022 – CVM/ SEP, o número de membros do Conselho de Administração foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, e (ii) os valores registrados na rubrica “outros” se referem aos encargos incidentes sobre a remuneração.	Conforme disposto no Ofício Circular / Anual – 2022 – CVM/ SEP, o número de membros do Conselho de Administração foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, e (ii) os valores registrados na rubrica “outros” se referem aos encargos incidentes sobre a remuneração.	Conforme disposto no Ofício Circular / Anual – 2022 – CVM/ SEP, o número de membros do Conselho de Administração foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, e (ii) os valores registrados na rubrica “outros” se referem aos encargos incidentes sobre a remuneração.	
<b>Total da remuneração</b>	<b>108.663,00</b>	<b>2.180.447,00</b>	<b>0</b>	<b>2.289.110,00</b>

<b>Remuneração total do Exercício Social findo em 31/12/2020 – Valores Anuais</b>				
	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
Nº total de membros	3	3	0,00	6
Nº de membros remunerados	1	3	0,00	4
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	64.136,00	1.693.505,00	0,00	1.757.641,00
Benefícios direto e indireto	37.928,00	145.704,00	0,00	183.632,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição de outras remunerações fixas	N/A	N/A	N/A	
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	N/A	N/A	
<b>Pós-emprego</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Cessação do cargo</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Baseada em ações (incluindo opções)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Observação</b>	Conforme disposto no Ofício Circular / Anual – 2022 – CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, e (ii) os valores registrados na rubrica “outros” se referem aos encargos incidentes sobre a remuneração.	Conforme disposto no Ofício Circular / Anual – 2022 – CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, e (ii) os valores registrados na rubrica “outros” se referem aos encargos incidentes sobre a remuneração.	Conforme disposto no Ofício Circular / Anual – 2022 – CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, e (ii) os valores registrados na rubrica “outros” se referem aos encargos incidentes sobre a remuneração.	
<b>Total da remuneração</b>	<b>102.064,00</b>	<b>1.839.209,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.941.273</b>

**8.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:**

**Remuneração variável prevista para o exercício social corrente (a se encerrar em 31/12/2023)**

	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
<b>Nº total de membros</b>	4	3	6	13
<b>Nº de membros remunerados</b>	2	3	3	5

<b>Bônus</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
<b>Participação nos resultados</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	4.130.000,00	0	4.130.000,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	2.000.000,00	N/A	2.000.000,00

#### **Remuneração variável do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022**

	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
<b>Nº total de membros</b>	3	3	6	12
<b>Nº de membros remunerados</b>	1	3	3	7
<b>Bônus</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	0	N/A	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	0	N/A	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	0	N/A	0
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	0	N/A	0
<b>Participação nos resultados</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	4.000.000,00	0	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	2.000.000,00	N/A	0
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	248.819,00	N/A	0

#### **Remuneração variável do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021**

	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
<b>Nº total de membros</b>	3	3	0	6
<b>Nº de membros remunerados</b>	0	0	0	0

<b>Bônus</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
<b>Participação nos resultados</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A

#### Remuneração variável do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020

	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
<b>Nº total de membros</b>	3	3	0	6
<b>Nº de membros remunerados</b>	0	0	0	0
<b>Bônus</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	N/A	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	N/A	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0,00	0,00	N/A	0
<b>Participação nos resultados</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	N/A	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	N/A	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A	0
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0	0	N/A	0

**8.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever: (a) Termos e condições gerais; (b) data de aprovação e órgão responsável; (c) Número máximo de ações abrangidas; (d) Número máximo de opções a serem outorgadas; (e) Condições de aquisição de ações (f) Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício; (g) Critérios para fixação do prazo de exercício; (h) Forma de liquidação (i) Restrições à transferência das ações; (j) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano (k) efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações**

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui um plano de remuneração baseado em ações para os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária.

**8.5. Em relação à remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo: (a) Órgão; (b) Número total de membros; (c) Número de membros remunerados; (d) preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções: (i) em aberto no início do exercício social, (ii) perdidas e expiradas durante o exercício social, (iii) exercidas durante o exercício social (d) diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto.**

Não aplicável à Companhia

**8.6. Em relação à cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo: (a) Órgão; (b) Número total de membros; (c) Número de membros remunerados; (d) data da outorga (e) quantidade de opções outorgadas, (f) prazo para que as opções se tornem exercíveis, (g) prazo máximo para exercício das opções, (h) prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções, (i) valor justo das opções na data da outorga, (j) multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga.**

Não aplicável à Companhia

**8.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo: (a) Órgão; (b) Número total de membros; (c) Número de membros remunerados, (d) em relação às opções ainda não exercíveis: (i) quantidade, (ii) data em que se tornarão exercíveis, (iii) prazo máximo para exercício das opções, (iv) prazo de restrição à transferência das ações; (v) preço médio ponderado de exercício, (vi) valor justo das opções no último dia do exercício social, (e) em relação às opções exercíveis (i) quantidade, (ii) prazo máximo para exercício das opções, (iii) prazo de restrição à**

transferência das ações, (iv) preço médio ponderado de exercício, (v) valor justo das opções no último dia do exercício social, (f) valor justo do total das opções no último dia do exercício social.

Não aplicável à Companhia

**8.8. Em relação às opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo: (a) órgão, (b) número total de membros, (c) número de membros remunerados, (d) número de ações, (e) preço médio ponderado de exercício, (f) preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas, (g) multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas.**

Não aplicável à Companhia

**8.9 Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo: (a) órgão, (b) número total de membros, (c) número de membros remunerados, (d) diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários.**

Não aplicável à Companhia

**8.10 Em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo: (a) órgão, (b) número total de membros, (c) número de membros remunerados, (d) data da outorga, (e) quantidade de ações outorgadas, (f) prazo máximo para entrega das ações, (g) prazo de restrição à transferência das ações, (h) valor justo das ações na data da outorga, (i) multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga.**

Não aplicável à Companhia

**8.11. Em relação às ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo: (a) órgão, (b) número total de membros, (c) número de membros remunerados, (d) número de ações, (e) preço médio ponderado de aquisição, (f) preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas, (g) multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas.**

Não aplicável à Companhia

**8.12. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo: (a) modelo de precificação, (b) dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco, (c) método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado, (d) forma de determinação da volatilidade esperada, (e) se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo.**

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui um plano de remuneração baseado em ações para os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária.

**8.13 Informar a quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, que sejam detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão.**

		2022			
Sociedade	Categoria	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
<b>Emissor</b>					
Construtora Adolpho Lindenberg S.A.	Ações ordinárias	275	4.566	0	4.841
<b>Controladora</b>					
Lindenberg Investimentos Ltda.	Quotas	10.447.671	10.313.431		20.761.102

**8.14. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela: (a) órgão, (b) número total de membros, (c) número de membros remunerados, (d) nome do plano, (e) quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar, (f) condições para se aposentar antecipadamente, (g) valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores, (h) valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores, (i) se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições.**

Não aplicável à Companhia.

**8.15 Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal**

**Valores anuais**

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Nº de membros	3	3	3	3	3	3	6	0	0
Nº de membros remunerados	3	3	3	1	1	1	3	0	0
Valor da maior remuneração (R\$)	832.613	735.087	692.097	118.592	108.663	102.064	16.890	N/A	N/A
Valor da menor remuneração (R\$)	819.198	722.680	535.890	118.592	108.663	102.064	16.890	N/A	N/A
Valor médio da remuneração (R\$)	825.906	726.815	613.069	118.592	108.663	102.064	16.890	N/A	N/A

**8.16 Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor.**

Não aplicável à Companhia.

**8.17. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal

Em 31/12/2022	0%	100%	0,0%
Em 31/12/2021	0%	100%	0,0%
Em 31/12/2020	0%	100%	0,0%

**8.18. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.**

Não aplicável à Companhia, tendo em vista que nos últimos 3 exercícios sociais, os administradores e membros do conselho fiscal da Companhia não receberam qualquer remuneração em virtude de qualquer razão que não a função que ocupam.

**8.19. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos.**

## 2023

Em Reais mil	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	N/A	N/A	N/A	0,00%
Controladas do emissor	833.160	N/A	N/A	833.160
Sociedades sob controle comum	N/A	N/A	N/A	0,00%

Os valores abaixo referidos foram pagos a título de remuneração em função de exercício do cargo na Companhia.

## 2022

Em Reais mil	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
--------------	---------------------------	-----------------------	-----------------	-------

<b>Controladores diretos e indiretos</b>	N/A	N/A	N/A	0,00%
<b>Controladas do emissor</b>	833.158	N/A	N/A	833.158
<b>Sociedades sob controle comum</b>	N/A	N/A	N/A	0,00%

## 2021

<b>Em Reais mil</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
<b>Controladores diretos e indiretos</b>	N/A	N/A	N/A	0,00%
<b>Controladas do emissor</b>	735.604	0,00	N/A	735.604
<b>Sociedades sob controle comum</b>	N/A	N/A	N/A	0,00%

## 2020

	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
<b>Controladores diretos e indiretos</b>	N/A	N/A	N/A	N/A
<b>Controladas do emissor</b>	544.654	532.739	N/A	1.077.393
<b>Sociedades sob controle comum</b>	N/A	N/A	N/A	N/A

### 8.20. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações relevantes além daquelas prestadas nos itens anteriores.

**CONSTRUTORA ADOLPHO LINDENBERG S.A.**

***Companhia Aberta***

**CNPJ nº 61.022.042/0001-18**

**NIRE nº 35.300.067.827**

**ANEXO VI**

PROPOSTA DE ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA  
CONSTRUTORA ADOLPHO LINDENBERG S.A. A SER REALIZADA EM 24 DE ABRIL DE 2023

**PROPOSTA DE CONSOLIDAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL**

Artigo 12, da Resolução CVM 80.

A Administração propõe consolidar o Estatuto Social da Companhia a fim de fazer constar as alterações já aprovadas de (i) aumento de capital, cujas deliberações já foram aprovadas em Assembleia Geral Extraordinária da Construtora Adolpho Lindenberg S.A e homologado em Reunião do Conselho de Administração de 25 de julho de 2022.

**ESTATUTO SOCIAL DA CONSTRUTORA ADOLPHO LINDENBERG S.A.**

CNPJ/ME n. 61.022.042/0001-18

NIRE 35300067827

**CAPÍTULO I - DA DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETIVO SOCIETÁRIO E PRAZO DE DURAÇÃO**

Artigo 1º - A **CONSTRUTORA ADOLPHO LINDENBERG** é uma sociedade anônima de capital aberto, regida pelo presente estatuto e pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis.

Artigo 2º - A sociedade mantém sua sede social e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Joaquim Floriano, 466, Edifício Corporate, 2º andar – Bairro Itaim Bibi – CEP 04534-002.

Parágrafo Único - A critério do Conselho de Administração, a sociedade poderá instalar manter e extinguir filiais, agências, escritórios, depósitos, sucursais e quaisquer outros estabelecimentos necessários ao desempenho de suas atividades, em qualquer parte do território nacional ou no exterior, respeitadas as prescrições e exigências legais pertinentes, mediante autorização desse órgão à Diretoria para as providências cabíveis, fazendo-se, inclusive, os respectivos destaques da parte do Capital social que se afigurarem necessários.

Artigo 3º - A sociedade tem por objetivos sociais:

- a) compra e venda de imóveis;
- b) locação;
- c) desmembramento ou loteamento de terrenos;
- d) incorporação imobiliária; e
- e) construção de imóveis destinados à venda.

Artigo 4º - O prazo de duração da sociedade é indeterminado, encerrando suas atividades com observância das disposições legais e estatutárias.

## **CAPÍTULO II - DO CAPITAL SOCIAL E DAS AÇÕES**

Artigo 5º - O capital social é de R\$ 13.153.049,92 (treze milhões, cento e cinquenta e três mil, quarenta e nove reais e noventa e dois centavos), dividido em 3.720.971 (três milhões, setecentas e vinte mil, novecentas e setenta e uma) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Parágrafo Primeiro - Cada ação ordinária confere ao seu possuidor o direito a um voto nas Assembleias Gerais, ou o direito ao voto múltiplo nos casos e na forma previstos em lei.

Parágrafo Segundo - É facultada aos acionistas a livre negociação de suas ações a qualquer tempo.

Parágrafo Terceiro - As ações serão representadas por certificados, observadas as formalidades do artigo 24 da Lei nº 6.404/76 (“Lei das Sociedades por Ações”).

Parágrafo Quarto - A distribuição das ações decorrentes de aumento do capital social efetivar-se-á dentro de 60 (sessenta) dias contados da data da ata da Assembleia Geral que aprovar o respectivo aumento, observadas as determinações legais.

## **CAPÍTULO III- DA ADMINISTRAÇÃO SOCIETÁRIA**

Artigo 6º - O capital social da Companhia poderá ser aumentado, na forma do artigo 168 da Lei das Sociedades por Ações, independentemente de deliberação da Assembleia Geral e de reforma estatutária, até o limite de 4.000.000 (quatro milhões) de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal (incluídas as ações já emitidas).

Parágrafo Primeiro - O aumento do capital social, nos limites do capital autorizado acima previsto, será realizado por meio da emissão de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, mediante deliberação do Conselho de Administração, a quem competirá estabelecer as condições da emissão, inclusive o número de ações a serem emitidas, o preço, o prazo de subscrição e a forma de sua integralização. Ocorrendo subscrição com integralização em bens, a Assembleia Geral será convocada para deliberar sobre o respectivo laudo de avaliação, nos termos da legislação aplicável.

Parágrafo Segundo - A Companhia poderá emitir ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição dentro do limite do capital autorizado, com exclusão do direito de preferência dos antigos acionistas, ou com redução do prazo para seu exercício de que trata o artigo 171, parágrafo 4º, da Lei das Sociedades por Ações, (i) quando a colocação for feita mediante (a) venda em bolsa de valores ou (b) por subscrição pública, ou através de permuta por ações, em oferta pública de aquisição de controle, nos termos da Lei das Sociedades por Ações; e (ii) de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral, que outorgue opção de compra de ações a administradores, empregados e prestadores de serviços da Companhia.

Parágrafo Terceiro - O limite do capital autorizado somente poderá ser modificado por deliberação de Assembleia Geral, sendo certo que o limite deverá ser automaticamente ajustado em caso de bonificação, grupamento ou desdobramentos de ações.

### **CAPÍTULO III - DA ADMINISTRAÇÃO SOCIETÁRIA**

Artigo 7º - A sociedade será administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria.

Parágrafo Primeiro - O Conselho de Administração será composto de no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros, todos acionistas e residentes no País, entre os quais um Presidente.

Parágrafo Segundo A Diretoria será constituída de no mínimo 2 (dois) e no máximo 5 (cinco) membros, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Administrativo, um Diretor Técnico e os demais sem denominação específica de cargos, sendo que um dos membros da Diretoria será indicado para a função de Diretor de Relações com o Mercado.

- a) Até um terço (1/3) dos membros do Conselho de Administração poderá ser eleito para a Diretoria.
- b) As funções de Diretor técnico sempre serão exercidas por profissional devidamente habilitado, com ampla e total autonomia no exercício de suas atribuições, observadas as prescrições legais.
- c) Na inexistência de um membro da Diretoria para o cargo de Diretor Técnico, tais funções serão exercidas pelo Diretor Presidente, que acumulará os cargos de Diretor Presidente e de Diretor Técnico, preenchendo todos os requisitos constantes da alínea "b".

Artigo 8º - Os membros do Conselho de Administração serão eleitos com a composição referida do parágrafo primeiro do artigo anterior, pela Assembleia Geral Ordinária e terão seus mandatos fixados pelo prazo de 3 (três) anos, expirando-se na data da Assembleia Geral Ordinária do terceiro ano subsequente ao ato da sua eleição e poderão ser reeleitos, isolada ou conjuntamente.

Parágrafo Primeiro - Os membros do Conselho de Administração tomarão posse assinando, individualmente, o respectivo termo no Livro de Atas de Reuniões desse mesmo órgão e o prazo de gestão do Conselho de Administração se estenderá até a investidura dos novos administradores eleitos.

Parágrafo Segundo - O Conselho de Administração reunir-se-á sempre que convocado pelo seu Presidente e deliberará com a presença de 2 (dois) membros no mínimo.

Parágrafo Terceiro - Nos casos de empate nas deliberações do Conselho de Administração, será vitoriosa a proposta em favor da qual se encontrar o voto do Presidente.

Parágrafo Quarto - O Presidente do Conselho de Administração será substituído, nos casos de afastamento temporário ou definitivo, e nos impedimentos legais, por qualquer um de seus membros, escolhidos através de votação em reunião convocada especialmente para esse fim.

Parágrafo Quinto - No caso de vacância do cargo de Conselheiro, o substituto será nomeado pelos Conselheiros remanescentes e servirá até a primeira Assembleia Geral. Se ocorrer vacância da maioria dos cargos, a Assembleia Geral será convocada para proceder à eleição dos cargos então vagos, assumindo os novos Conselheiros esses cargos até o final do mandato dos Conselheiros então remanescentes.

Parágrafo Sexto - Quando a eleição dos membros do Conselho de Administração houver sido realizada pelo processo de voto múltiplo, a mesma se fará para todo o colegiado, nada impedindo que os membros então remanescentes sejam reeleitos.

Artigo 9º - Compete ao Conselho de Administração:

- a) fixar a orientação geral dos negócios da sociedade;
- b) eleger e destituir os diretores da sociedade;
- c) criar órgãos técnicos e consultivos, regulando-os e fixando suas atribuições;
- d) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da sociedade, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos;
- e) manifestar-se sobre o relatório da administração e das contas da Diretoria;
- f) deliberar sobre a emissão de ações, bônus de subscrição ou debêntures conversíveis em ações dentro do limite do capital autorizado, fixando o preço de emissão, forma de subscrição e integralização e outras condições da emissão, conforme o artigo sexto deste estatuto;
- g) autorizar a alienação de bens imóveis do ativo fixo, a constituição de ônus reais e a prestação de garantias a obrigações de terceiros;
- h) distribuir, individualmente, a cada um dos Conselheiros e Diretores, o valor de seus honorários e a participação nos lucros da sociedade;
- i) praticar os demais atos previstos na lei como de sua competência;
- j) deliberar acerca das aquisições de ações da Companhia, para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria e, posterior alienação.

Parágrafo Único - Compete ao Presidente do Conselho de Administração convocar as Assembleias Gerais dos Acionistas da sociedade.

Artigo 10 - A Assembleia Geral, ao eleger o Conselho de Administração, fixará os honorários globais do órgão, em conjunto com a Diretoria.

Parágrafo Único - Ocorrendo a substituição de membros do Conselho de Administração e da Diretoria, os substitutos terão seus honorários fixados pelo Conselho de Administração.

Artigo 11 - Os Diretores da sociedade serão eleitos, com a composição referida no parágrafo segundo do artigo sétimo deste estatuto, pelo Conselho de Administração, na mesma data da eleição dos membros desse órgão e terão seus mandatos fixados por prazo idêntico.

Parágrafo Primeiro - Os Diretores tomarão posse assinando individualmente o respectivo termo no Livro de Atas de Reuniões da Diretoria e permanecerão em seus cargos até a investidura dos novos membros eleitos.

Parágrafo Segundo - A substituição e destituição de qualquer Diretor far-se-á mediante a deliberação do Conselho de Administração, a qualquer tempo, através de reunião de seus membros.

Parágrafo Terceiro - No caso de vacância de qualquer cargo na Diretoria, o substituto será nomeado pelo Conselho de Administração e ficará no cargo até o término do mandato dos demais Diretores.

Parágrafo Quarto - Os Diretores não são obrigados a prestar qualquer garantia de gestão.

Artigo 12 - Compete à Diretoria a representação da sociedade e a prática dos atos necessários ao seu funcionamento regular.

Artigo 13 - Os membros da Diretoria, observadas as atribuições e poderes conferidos pelo estatuto e pelo Conselho de Administração, podem praticar isoladamente atos regulares de gestão e administração tendentes a alcançar os fins sociais.

Parágrafo Único - Compete ao Diretor Presidente, além das atribuições do "caput" deste artigo, convocar, presidir as reuniões da Diretoria; distribuir as funções de seus membros; dar o voto de qualidade em caso de empate nas decisões da Diretoria.

Artigo 14 - A Sociedade deverá necessariamente ser representada por dois Diretores em conjunto, por um Diretor em conjunto com um procurador, ou por dois procuradores em conjunto.

Parágrafo Único - Será admitida a representação isolada, obrigando-se validamente a sociedade, nos casos seguintes: (i) por um Diretor, no ato de receber e dar quitação de valores, em nome da sociedade; (ii) por um procurador, desde que o mandato tenha expresso o poder do mesmo agir isoladamente.

Artigo 15 - A sociedade poderá constituir procuradores, devendo o instrumento de mandato especificar os poderes do mandatário para agir isoladamente ou em conjunto com um Diretor ou outro procurador, bem como determinar o prazo de validade, que não ultrapassará o ano civil da outorga, executados os mandatos conferidos no mês de dezembro, os quais poderão vigor até o final do ano civil seguinte.

Parágrafo Único - Os mandatos "*ad judicium*" serão conferidos com prazo indeterminado.

Artigo 16 - É expressamente vedado o emprego da denominação social em fianças, aceites, avais e endossos em documentos que não constituírem ato de exclusivo interesse da sociedade, ou que importarem em uma liberalidade.

Parágrafo Único - Não se aplicam as disposições deste artigo quando a favorecida for uma empresa subsidiária e esta sociedade for majoritária.

#### **CAPÍTULO IV - DO CONSELHO FISCAL**

Artigo 17 - O Conselho Fiscal compõe-se de 3 (três) a 5 (cinco) membros efetivos e de 3 (três) a 5 (cinco) suplentes, residentes no país, acionistas ou não, cada um com a qualificação mínima exigida por lei.

Artigo 18 - Aos membros do Conselho Fiscal competem as atribuições que lhes são conferidas por lei.

Artigo 19 - O Conselho Fiscal somente entrará em funcionamento mediante pedido de acionistas, de acordo com as disposições legais, instalando-se pela Assembleia Geral que eleger seus membros e respectivos suplentes, cujos mandatos expirar-se-ão na data da primeira Assembleia Geral Ordinária após a sua instalação.

Artigo 20 - A Assembleia Geral que eleger o Conselho Fiscal fixará os honorários mensais a cada um dos membros efetivos quando no exercício de suas funções.

Parágrafo Único - Quando o membro efetivo do Conselho estiver afastado de suas funções, os respectivos honorários serão atribuídos ao suplente, se o estiver substituindo.

## **CAPÍTULO V - DAS ASSEMBLEIAS GERAIS**

Artigo 21 - A Assembleia Geral dos Acionistas é o órgão soberano da sociedade e tem poderes e atribuições conferidos em lei, a qual regerá o modo de sua convocação.

Artigo 22 - A Assembleia Geral será convocada e presidida, normalmente, pelo Presidente do Conselho de Administração o qual escolherá, entre os presentes, o seu Secretário, compondo-se assim a Mesa diretora dos trabalhos.

Artigo 23 - Só poderão participar das Assembleias Gerais os acionistas constantes, até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização das mesmas, da relação de acionistas.

Artigo 24 - A Assembleia Geral será instalada na sede da sociedade, salvo motivo de força maior, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do capital social com direito a voto; em segunda convocação, com qualquer número.

Parágrafo Único - Nas exceções previstas em lei, o quórum será o determinado pela mesma.

Artigo 25 - Os acionistas presentes à Assembleia Geral, antes de sua abertura, deverão assinar o Livro de Presença, depois de haverem provado sua qualidade de acionistas pelas formas legalmente permissíveis.

Artigo 26 A Assembleia Geral Ordinária terá as atribuições previstas na lei e realizar-se-á dentro do primeiro quadrimestre subsequente ao encerramento do exercício social.

Artigo 27 Sempre que necessário, a Assembleia Geral poderá ser instalada em caráter extraordinário, podendo se realizar, inclusive, concomitantemente com a Assembleia Geral Ordinária.

## **CAPÍTULO VI - DO EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, RESERVAS, DIVIDENDOS E PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS**

Artigo 28 O exercício social da Empresa iniciar-se-á em 1º (primeiro) de janeiro e terminará em 31 (trinta e um) de dezembro de cada ano.

Artigo 29 - No encerramento de cada exercício social, a Diretoria fará com que se elabore, com a observância das disposições legais, as seguintes demonstrações financeiras: (i) balanço patrimonial; (ii) demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados; (iii) demonstração do resultado do exercício; (iv) demonstração das origens e aplicações de recursos.

Parágrafo Único - As demonstrações financeiras registrarão a destinação dos lucros segundo a proposta dos órgãos da administração no pressuposto de sua aprovação pela Assembleia Geral.

Artigo 30 - A sociedade poderá, por determinação de seus órgãos de Administração, levantar balanços semestrais e, se estes acharem de interesse social, promoverão a distribuição de dividendos

trimestrais à conta de lucros acumulados ou reservas de lucros acumulados ou reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral apurado.

Artigo 31 - Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se os houver, e a provisão para o imposto de renda.

Artigo 32 - Do valor obtido na forma do artigo anterior, os administradores da sociedade destacarão, a seu critério, uma gratificação dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, limitada, porém, ao total da remuneração anual desses órgãos ou a 10% (dez por cento) do resultado do exercício, depois de deduzidos os valores mencionados no artigo trinta e um deste estatuto, prevalecendo o limite menor.

Artigo 33 - Do lucro líquido do exercício, que é resultado remanescente depois de deduzidas as participações de que trata o artigo anterior, dele se destacará 5% (cinco por cento) para a constituição da reserva legal de que trata o artigo 193 da Lei 6.404/76, até que o seu montante atinja a 20% (vinte por cento) do capital social.

Artigo 34 - Do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76, distribuir-se-á, obrigatoriamente, aos acionistas, como dividendos, 25% (vinte e cinco por cento) do mesmo.

Artigo 35 - O saldo remanescente do lucro do exercício será destinado à conta de reserva estatutária, para a seguinte finalidade: aumento de capital, distribuição de dividendos futuros e aquisição de ações da Companhia, conforme estabelece o art. 8º, alínea "j".

Parágrafo Primeiro - Todo o saldo remanescente do lucro líquido será destinado para a constituição da reserva estatutária.

Parágrafo Segundo - O limite máximo da reserva será de 20% (vinte por cento) do Capital Social.

## **CAPÍTULO VII - DA LIQUIDAÇÃO, DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

Artigo 36 - A sociedade entrará em liquidação nos casos e pelo modo estabelecido em lei.

Parágrafo Único - Ressalvada a hipótese de liquidação judicial, o Conselho de Administração nomeará um Diretor para atuar como liquidante.

Artigo 37 - A sociedade poderá, mediante resolução da Assembleia Geral com aprovação de acionistas que representem mais da metade do capital social com direito a voto, transformar-se, incorporar outras empresas, cindir-se em duas ou mais empresas e fundir-se com outras empresas.

Artigo 38 - As demonstrações financeiras de que trata o artigo vinte e nove deste estatuto só se tornarão obrigatórias nos prazos determinados em lei.

Artigo 39 - Os casos omissos no presente estatuto serão regidos pela Legislação vigente.

\*\*\*\*